

VIAGENS

O Tesouro da Vidigueira



VIAGENS

O Tesouro da Vidigueira

21 de Setembro – 27 de Novembro 2011



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria de Estado da Cultura

imc

INSTITUTO
DOS MUSEUS
E DA CONSERVAÇÃO

mnaa

Museu Nacional de Arte Antiga



EPAL

- 6 O PROJECTO «TESOURO
DA VIDIGUEIRA»
Luisa Penalva e Belmira Maduro
- 10 ANDRÉ COUTINHO E O TESOURO
DA VIDIGUEIRA
Luisa Penalva
- 40 AS ROTAS MARÍTIMAS COMERCIAIS
E A PRESENÇA PORTUGUESA NA ÁSIA
(SÉCULOS XVI-XVII)
Alexandra Curvelo
- 56 JESUÍTAS E MENDICANTES NA ÁSIA
ORIENTAL. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
Pedro Lage Reis Correia
- 66 O TESOURO DA VIDIGUEIRA. ESTUDO
E INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO
António Candeias e Belmira Maduro
- 90 FONTES E BIBLIOGRAFIA

O PROJECTO
«TESOURO DA VIDIGUEIRA»

Luisa Penalva e Belmira Maduro

O PROJECTO «Tesouro da Vidigueira» tem vindo a ser construído e posto em prática desde Janeiro de 2010, tendo como ponto de partida a detecção de caracteres kanji desenhados no interior de um oratório-relicário que integra a colecção de ourivesaria do MNAA, peça, até ao momento, assumida de forma indiscutível como fruto de trabalho indo-português. Tendo em conta que a sua proveniência é comum a outros dois objectos – um porta-paz e uma estante de missal –, de imediato foi elaborado, em conjunto com o Departamento de Conservação e Restauro do Instituto dos Museus e da Conservação, um projecto que contemplasse não apenas a intervenção para a sua conservação e restauro mas também a investigação laboratorial, na perspectiva ambiciosa de que os resultados desta iniciativa constituam uma base de dados para estudos futuros.

A investigação laboratorial, em curso entre o Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, o Laboratório HERCULES da Universidade de Évora e o Instituto de Tecnologia Nuclear, tem por fim determinar, até ao limite possível, a composição dos vários materiais presentes nas três peças. Os resultados dos diversos testes tiveram por objectivo criar elementos-padrão que podem servir de referência para futuras análises em objectos de prata de proveniência semelhantes.

A par desta componente laboratorial decorre a investigação bibliográfica e documental, revelando novas e surpreendentes pistas que conduziram o projecto a proporções cada vez mais importantes no panorama da historiografia portuguesa durante o período da Expansão. A ligação Portugal – Goa – Macau – Japão – Filipinas – América do Sul, rapidamente se foi definindo como horizonte de estudo, tendo-se afirmado as vertentes comercial e

missionária da presença portuguesa no Oriente como linhas de pesquisa sobre as quais a equipa de investigação do MNAA em parceria com o Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM) e o Centro de História Além-Mar (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) têm vindo a concentrar os seus esforços.

A diversidade de temas que têm sido incluídos como linhas de estudo e de investigação é enorme, tornando cada vez mais evidente tratar-se de peças que conjugam entre elas áreas tão diversas quanto, entre outras, a antropologia social, a arquitectura, a musicologia.

A exposição e a publicação deste catálogo, apoiadas e promovidas pela EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, tem por objectivo apresentar os primeiros resultados deste vasto projecto, também apoiado pela Direcção Regional da Cultura do Alentejo. O estudo aprofundado de peças-chave da colecção de ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga, iniciado com o projecto da Custódia de Belém, promove esta colecção e imprime-lhe um sentido de estudo continuado, maximizando os recursos já investidos, desenvolvendo equipas pluridisciplinares e estabelecendo uma rede de contribuições nacionais e internacionais que fortaleçam o conhecimento e divulgação deste património.

ANDRÉ COUTINHO
E O TESOURO
DA VIDIGUEIRA

Luisa Penalva*

A MATERIALIZAÇÃO do Padroado português no Oriente foi alcançada, inicialmente, pela construção de templos e cenóbios que tiveram por consequência a encomenda de mobiliário, imagens e alfaias litúrgicas indispensáveis ao culto, concretizada em objectos que testemunham, desde então, a simbiose entre a imagética ocidental e oriental, traduzindo linguagens artísticas híbridas. A necessidade de transmitir a mensagem cristã numa linguagem acessível aos novos crentes conduziu a uma progressiva recorrência à encomenda local utilizando, frequentemente, matrizes europeias, mas dando campo a pequenas e subtis inovações locais, formais e estéticas. Estas incursões interpretativas, feitas pelos artistas orientais, que tentaram repetir modelos formais desconhecidos e, sobretudo, reproduzir símbolos e mensagens que frequentemente iam para além da sua total apreensão, proporcionou um dos momentos mais extraordinários da miscigenação cultural da nossa História. O fenómeno é ainda mais entendível se tivermos em conta que a chegada e expansão progressiva dos mercadores portugueses pelo Oriente saldou-se, não num simples estabelecimento de rotas comerciais mas, sobretudo, no aproveitamento e desenvolvimento de circuitos comerciais pré-existentes que permitiram meios de contactos culturais estáveis, até então dificultados pelas incompatibilidades existentes entre as diferentes culturas e povos do oceano Índico (cfr. texto de Alexandra Curvelo).

É neste contexto que o papel dos portugueses foi crucial nesta aproximação, não sem retirar os respectivos dividendos comerciais, proporcionando, desta forma, o rápido crescimento de grandes fortunas, como a de André Coutinho, um portuense que, por volta de 1545, partiu para a Índia em busca de um

promissor «negócio da China». Na crónica carmelita de frei José de Sant’ana, datada de 1751, resume-se em compacto parágrafo a biografia de Coutinho:

«(...) hum modesto, e virtuoso Clérigo chamado André Coutinho, Capelão Fidalgo da Casa del Rey, que antes de eleger o estado Ecclesiastico passara às terras do Oriente, e foy o primeiro Sacerdote, que se ordenou na China. O illustrissimo Bispo Leonardo de Sá foy o que lhe conferiu as Ordens. Em trinta e oito annos, que viveo naquelles domínios, adquirio grosso cabedal. No seu testamento declarou, que o não herdara de parente algum, nem o houvera de officio, ou beneficio Ecclesiástico, mas que o ajuntara com o seu trabalho, e industria, antes do Sacerdócio; o que mostrava por uma certidão authentica do mesmo Bispo. E posto que era natural da Cidade do Porto, e o amor da Pátria o chamava para alli passar o resto da vida entre os carinhosos agazalhos, com que ordinariamente são recebidos, os que a ella se restituem aproveitados; com tudo, D. Miguel da Gama em toda a viagem que fizerão de companhia o persuadio com tanta efficacia a hir de morada para a Vidigueira, que assentando nisso, se estabeleceo naquella villa, onde foy comprando fazendas, e ao mesmo tempo distribuindo esmolos em obras pias» (Sant’ana, 1751, p. 323).

Se da sua vida de mercador pouco sabemos, já a mais recente investigação desvendou alguns novos dados sobre a vida eclesiástica do prelado. Assim, constatamos por documentação encontrada no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, que o Padre Coutinho se tornou num importante mediador na disputa com que se confrontaram os dois padroados no Oriente – os franciscanos e os jesuítas (cfr. texto de Pedro Lage Correia) – contactando

com nomes relevantes da história da missão no Oriente como Melchior Carneiro, Pedro Alfaro, Miguel Ruggiero ou, ainda, Agostinho de Tordesilhas. São várias as cartas, originais ou cópias, que atestam a presença efectiva de André Coutinho e da sua influência na circulação de franciscanos e jesuítas entre Cantão, Macau e o Japão, sendo evidente, pelas palavras dos referidos religiosos, que André Coutinho pretendia ser um conciliador na relação mais ou menos tensa entre ambas as ordens religiosas, posição que nem sempre foi bem compreendida pelas partes. O ano de 1579, para além de ser o provável ano em que o mercador foi ordenado padre secular, foi, sem dúvida, um momento marcante e intenso na vida deste homem, tal como atesta a copiosa correspondência. A mais antiga missiva até ao momento localizada data de 1 de Novembro desse ano. Trata-se da cópia de uma carta de André Coutinho para Pedro Alfaro, apresentando-lhe Miguel Ruggiero¹. Se por um lado encontramos no referido arquivo uma carta de Pedro Quintero, rico comerciante e morador em Macau, datada de 5 de Novembro, endereçada também a Pedro Alfaro e a frei Juan Baptista, referindo André Coutinho como «el amigo andree coutiño»² e revelando o seu reconhecimento pelas cartas e pelo dinheiro enviado pelo padre, por outro lado, noutra missiva datada de 13 de Novembro³, o próprio padre Coutinho queixa-se a Agostinho de Tordesilhas

1 Arquivo Geral das Índias (AGI), Audiência das Filipinas, 79, 6, publicado e parcialmente transcrito por Freitas, 1995: 416 citando Colin-Pastels, *Labor Evangelica*, I, 305, nota. Agradecemos à Dr.^a Cristina García Oviedo e ao Dr. Pedro Lages Correia a notícia desta carta e respectiva transcrição completa.

2 AGI, Filipinas, 79, 7, cópia da carta em AGI, Filipinas, 84, 12.

3 AGI, Filipinas, 84, 14 com cópia da carta e tradução para o castelhano em AGI, Filipinas, 79, 8.

de ser tratado como um traidor e de ser mal compreendido, possivelmente pela referida ambivalência das suas relações com ambas as ordens religiosas. A contínua correspondência é quase diária pois, ainda nesse mesmo dia, Coutinho escreve a Pedro Alfaro, desejando a sua rápida chegada, referindo-se, ainda, à difícil situação dos padres na China⁴. Também na sequência desta troca de missivas, a 20 de Novembro⁵, Alfaro relata a Agostinho de Tordesilhas a sua chegada a Macau onde foi muito bem recebido pelo Bispo e pelos padres da Companhia de Jesus, chamando a atenção para a hospitalidade de André Coutinho que se mostrou disponível para os instalar numa pequena casa. Remonta aos anos desta correspondência a vontade deste prelado em custear uma casa de noviciado, pois Coutinho rejubila-se com a construção da casa de «Nossa Senhora de Los Angeles», a primeira dos franciscanos na China, vincando a necessidade de ambas as ordens unirem esforços no sentido de conseguirem construir mais casas, tanto na China como no Japão. Novamente Pedro Alfaro escreve a Agostinho de Tordesilhas dizendo que o eclesiástico tinha revelado a sua intenção de construir uma casa de noviciado para os jesuítas⁶. A correspondência que encontramos entre Sebastião de Morales e o Geral da Companhia de Jesus, leva-nos a crer que a intenção do prelado manteve-se até ao seu regresso a Lisboa, pois a troca de correspondência entre os dois inicianos explana de forma clara as negociações, finalmente frustradas, do padre, para alcançar o seu propósito. Uma primeira carta de Morales para o Geral da Companhia, datada

4 AGI, Filipinas, 84, 12.

5 AGI, Filipinas, 79, 8.

6 AGI, Filipinas, 79, 8.

de 15 de Fevereiro de 1585⁷, leva-nos a crer tratar-se do mesmo André Coutinho que, à data, se encontrava em Lisboa, propondo aos inacianos uma contribuição de vinte mil ducados para a Companhia de Jesus – uma parte em dinheiro e outra em dívidas a cobrar no reino e na Índia – para a construção de um edifício para os noviços. Um resumo epistolar não datado de Morales permite-nos constatar que a doação terá sido muito bem ponderada por Coutinho, pois este elaborou uma lista de contrapartidas, direitos e privilégios de fundador da casa propondo que o noviciado recebesse a invocação de Santo André; exigiu, ainda, uma série de contrapartidas económicas que lhe assegurassem a subsistência até ao fim da vida, salvaguardando, contudo, que se a sua morte ocorresse antes de quatro anos, o que deixasse em testamento seria para o Japão, sendo possível crer que se referisse a um noviciado fundado, entretanto, em terras nipónicas. Como última exigência pediu que a casa que lhe deveriam construir fosse anexa ao noviciado, tendo direito de porta de comunicação própria entre os dois edifícios. Mas, apesar de já se sentir alguma hesitação por parte dos inacianos, Morales ainda advoga que, quando terminasse a construção do edifício, Coutinho pudesse continuar a ajudar a fábrica do noviciado bem como a instrução dos noviços⁸. Numa outra carta datada de 30 de Março do mesmo ano, o mesmo Morales afirma, desde logo reportando para uma carta de 28 de Janeiro desse ano⁹, que André Coutinho pretendeu fundar um noviciado no Japão, apenas enquanto esteve na Índia, e que teria mudado de ideias quando

7 Archivum Romanum Societá Iesu (ARSI), Lusitânia 69, 15 Fevereiro de 1585.

8 ARSI, Lusitânia, 69, (s.d.).

9 ARSI, Lusitânia, 69, 30 Março de 1585.

regressou a Portugal, transferindo para o reino esse seu projecto. Morales comunica também a opinião dos padres da Companhia que se encontravam em Lisboa, os quais pensavam que, se por um lado não se deveria abrir mão desta fundação, «por la pouca esperanza que tenemos de se achar persona que dê outro tanto», por outro, havia muitas reservas quanto à condição que o padre impunha de entregar de imediato o dinheiro sem aguardar a necessária concordância do Geral permitindo-lhe, assim, começar a receber a renda exigida. Contudo, não sendo assim possível o emprego imediato da quantia em questão, argumenta Morales que esta situação poderia ser contrária às disposições da *Census Arcatore* de Pio V, afirmando que esse impasse poderia «cauzar alguna murmuração contra el buen nombre de la Companhia sabendose que tiniamos los dinieros en mano le pagamos precio [das rendas exigidas por Coutinho] sin estaren empleados». André Coutinho, perante a indecisão dos jesuítas, concorda com um prazo máximo de três a quatro meses para que a questão se resolva pedindo que «se hace en esto resolucion com brevidad porque pretende quietar se y tomar algun assento en su vida não deixando de avisar que no faltan muchos religiosos que le trahen grandes partidos al que no differe por el amor que tiene a la Companhia y entender que procede en sus cosas con llanesa y verdad». Este aviso é reforçado numa segunda carta que Morales envia a 16 de Abril¹⁰, receando não ter chegado ao destino a anterior missiva e vincando que André Coutinho deixara claro que se manteria livre e sem obrigações até à decisão final. O desfecho deste processo encontra-se esclarecido numa

10 ARSI, Lusitânia 69, 16 de Abril de 1585.

carta escrita dois anos depois, a 25 de Fevereiro de 1587¹¹, na qual Pêro da Fonseca, dirigindo-se ao Geral da Companhia, acusa a recepção da negativa à pretensão do religioso, afirmando ter-lhe comunicado a decisão em Maio do mesmo ano, reforçando os motivos da recusa no facto de Coutinho ter mostrado pouca estabilidade nas suas decisões. O receio dos jesuítas em ficar sem um patrocinador para o noviciado da ordem foi infundado, pois na mesma carta Fonseca afirma que esta missão foi retomada por Inácio de Lima, filho dos viscondes de Ponte de Lima que, ao ter conhecimento do desajuste entre Coutinho e a Companhia, tomou para si o encargo de fundar o noviciado. Nesta missiva, o jesuíta justifica esta transferência de interesse pela proximidade entre Coutinho e Lima, pois este último «anduu en la China, y Japon parte del tiempo que alla estuuo Andres Coutinho».

A troca de missivas entre os religiosos das várias ordens testemunha a constante e quase frenética circulação dos padres pelo Oriente, tanto da Companhia de Jesus como das ordens mendicantes, nomeadamente dos franciscanos que, a partir da sua base em Manila, tentavam a todo o custo consolidar a sua posição face à empreendedora missão jesuítica em terras chinesas. Naturalmente, será impensável considerar que este jogo de forças terá sido travado apenas no âmbito da Fé e da evangelização. A política, o comércio e a força militar eram outros factores que se interligavam criando uma rede que suportava e era suportada por uma teia de comerciantes que circulavam com grande facilidade entre os locais de maior proveito. É neste contexto que encontramos André Coutinho, após

¹¹ ARSI, Lusitânia 70, 25 Fevereiro de 1587.

trinta anos dedicado a uma actividade comercial bem sucedida, como refere no seu testamento¹² (Freitas, 1995, p. 64), com uma forte ligação a D. Miguel da Gama, neto do navegador e vice-rei, Vasco da Gama. Miguel da Gama, filho segundo de D. Francisco da Gama, foi capitão-mor de Macau em 1580, com direitos sobre a nau do Trato que nesse mesmo ano saíra para o Japão (Nagasaki), tendo-se afirmado como figura empreendedora, apoiada, provavelmente, pelas ligações familiares ao poder da Corte e no Oriente. A sua relação com André Coutinho é inegável pois foi com ele que o prelado terá regressado a Portugal, em 1583 (Silva, 2008, p. 147), dirigindo-se posteriormente para o convento de Nossa Senhora das Relíquias, na Vidigueira, panteão dos Gamas. Foi aqui, na vila da Vidigueira, que os dois homens se lançaram na renovação deste convento e, sobretudo, na construção da igreja para a qual foi trasladada, a 8 de Setembro de 1593, a venerada e milagreira imagem de Nossa Senhora das Relíquias, acompanhada por outras imagens da antiga igreja. Contudo, já a 8 de Outubro de 1588, foi inaugurada a capela de Nossa Senhora da Conceição, custeada pelo prelado, situada no lado do Evangelho, no cruzeiro do referido cenóbio (Caetano, 1986, p. 196), e por ele dotada de rendas suficientes para o culto, bem como de ornamentos e de alfaias de prata, elencadas de forma muito

12 (...) declarando que a dita minha fazenda a não herdei de parente nenhum, nem o alcansei de officio nem beneficio ecclesiastico nem depois que Nossso Senhor me fés merse me fazer sacerdote, a ouve de trato, ou negocio que depois disso tivesse como se verá de hua certidão que em meus papeis se achara que para este effeito me deu o Reverendíssimo senhor Dom Leonardo Bispo das partes da China onde me fés sacerdote por mercê do Senhor, mas toda a aquire por meu trabalho, e emdustria nas partes da Índia onde andei por espasso de trinta e oito annos, oito dos quais fui leigo sem ter ordens transcrito por Freitas, 1995, p. 64.

explícita no seu testamento. Foi esse espaço que o religioso escolheu, finalmente, para sua sepultura, escolhendo a parede do lado da Epístola para colocação do seu jazigo sobre o qual foi assente uma lápide coroada por um escudo e na qual se encontra inscrito um precioso testemunho sobre a sua vida:

«CAPELA, E SEPULTURA DE ANDRE COUTINHO CAPELLÃO FIDALGO DE SUA Magestade: A QUAL FVNDOU E DOTOV DE RENDA BASTANTE PERA AS OBRIGAÇONES, QUE TEM OS PADRES DESTA CASA, (...) ANDOV NA INDIA TRINTA, E OITO ANOS: FOI O PRIMEIRO SACERDOTE, QUE SE ORDENOV NA CHINA FALECEO AOS». A lápide de André Coutinho nunca foi verdadeiramente terminada, não tendo os monges carmelitas inscrito a data da morte do benemérito, que sabemos ter ocorrido em Fevereiro de 1597. É precisamente o seu testamento, datado de 21 de Março de 1595, dois anos antes da sua morte, que nos fornece o detalhado testemunho do legado. Se da leitura da sua lápide ficamos a saber que seria capelão fidalgo da casa do rei e que por trinta e oito longos anos andou pelo Oriente, o religioso não conseguiu esconder o orgulho de ter sido o primeiro sacerdote a ser ordenado na China. Pela sequência de correspondência atrás referida, na qual já é mencionado como padre, compreendemos que a sua ordenação terá ocorrido em Macau, provavelmente entre 1578 e inícios de 1579, tendo os votos sido conferidos já por D. Leonardo de Sá, que exerceu como primeiro bispo de Macau entre 1578 e 1597.

Depois de regressar a Portugal, em 1583, possivelmente logo após a morte de D. Melchior Carneiro, governador do Bispado da China e do Japão, André Coutinho recolheu-se, posteriormente, ao convento do ermo da Vidigueira, iniciando uma longa estadia e promovendo não apenas as obras no convento mas,

segundo relata frei José de Sant'ana, fortalecendo também a sua devoção à Virgem das Relíquias, cuja intervenção milagrosa o salvou da morte por uma crise de cálculos renais, quando todos o davam já por condenado (Sant'ana, 1751, pp. 344-346).

Com o declínio da sua saúde terá sentido a necessidade de redigir o testamento no qual dispôs da sua vasta fortuna, deixando muito dinheiro para a protecção de desvalidos e distribuindo de forma generosa bens e escravos, descrevendo as suas posses de maneira pormenorizada. É um documento que, para além das generosas doações, dá-nos a conhecer algumas das ligações pessoais e políticas deste personagem. Terá sido, como anteriormente se referiu, capelão fidalgo da Casa Real, tendo, nessa qualidade, solicitado permissão ao rei Filipe I, por intermédio de carta do Cardeal Alberto, datada de 21 de Janeiro de 1586, para acompanhar os embaixadores japoneses enviados à Cúria Romana. Esta missiva, transcrita parcialmente por Vassalo e Silva, permite-nos confirmar que o prelado não pretenderia ficar o resto da vida em Portugal pois lemos:

«André Coutinho que os annos pasados veyo da Imdia e esteue na china pede liçemsa a vosa mage pêra se poder tornar pêra aquelas partes emcõpanhados Japoens que na dt naos deste ano haõ de hir pêra a Imdia se me paarceo dar de sua determinação e cota a vosa mage pr que é hir pêra a Imdia ou ficar neste Reino naõ se oferece inconveniente algũ pêra ser lhe dar cota [...] que pede»¹³.

13 Arquivo de Simancas - Secretarias Provinciais, cod. 1550, fls. 1 cit. in Silva, 2008, pp. 147-148.

A embaixada japonesa a Roma, organizada por Alexandre Valignano, Visitador jesuíta no Oriente, passa por Portugal em 1583, ano do regresso de Coutinho ao reino, tendo-lhes o Cardeal Alberto concedido três audiências em Lisboa¹⁴ (Sande, 2009, p. 350), sendo possível crer que Coutinho aí tivesse tido contacto com os embaixadores, dada a sua familiaridade com a cultura oriental. A data de 1586, data da carta de intercessão do cardeal, coincide com uma segunda passagem por Portugal, no regresso da embaixada ao Japão, sendo nesse momento que André Coutinho se propõe regressar ao Oriente¹⁵.

Entre os bens elencados no testamento surgem diversas obras de gosto oriental que, desafortunadamente, foram dispersas, sem ser possível até ao momento descobrir-lhes o rasto¹⁶ (Contas, 1842). A panóplia de bens preciosos que enumera e que distribuiu abrange desde peças de mobiliário a objectos de porcelana, passando pelos têxteis, objectos devocionais executados em matérias exóticas e, por fim, jóias e pratas.

14 Duarte de Sande refere que os embaixadores japoneses foram recebidos pelo Cardeal Alberto, em Lisboa, em três audiências distintas entre Agosto e Setembro de 1584: «Miguel: ... tendo-o nós visitado três vezes no espaço de um mês aproximadamente, em que vivemos em Lisboa...».

15 Segundo o relato de Luís Fróis, a embaixada japonesa embarcou de regresso ao Oriente a 8 de Abril de 1586 citado por Loureiro, 1993, p. 58.

16 Relativamente ao convento da Vidigueira, da longa lista de peças constantes desta relação, algumas foram distribuídas pela Igreja Matriz de Odemira; encontravam-se em reserva na Casa da Moeda uma estante, um porta-paz, um relicário e uma sacra. Deste conjunto, apenas se desconhece o paradeiro da sacra, tendo as restantes três peças entrado para o acervo da Academia das Belas-Artes em 1883 e, posteriormente, para o MNAA: o oratório-relicário (Inv. 99 Our); o porta-paz (Inv. 98 Our) e a estante de missal (Inv. 100 Our), classificadas desde 2006 como bens de interesse nacional (Dec. nº 19/2006 de 18 de Julho).

Cat. 1
Oratório-relicário,
Índia (?), c. 1580
Prata, parcialmente
dourada e policromada,
cobre dourado, parcial-
mente policromado,
madeira, vidro, veludo
66 x 40 cm
Proveniência:
Convento do Carmo,
Vidigueira
Museu Nacional de
Arte Antiga,
inv. 99 Our

A doação destas peças ao convento da Vidigueira deveu-se, como vimos, à estreita ligação com a família Gama, sendo D. Francisco e D. Miguel da Gama, para além de nomeados testamenteiros, generosamente contemplados por Coutinho. Tal como já foi referido, nem a sua capela, nem a Igreja de Nossa Senhora das Relíquias foram esquecidas neste instrumento, tendo sido agraciadas com um rico conjunto de têxteis, de paramentos e ornamentos da capela da devoção do prelado, nos quais se inclui também um escritório vermelho, possivelmente lacado. Mas as pratas são, sem dúvida, o grande legado deste sacerdote que nas suas próprias palavras refere:

«(...) Deixo mais toda a minha prata de serviço de igreja; o meu cálice grande com suas galhetas e salvas de prata para com ele se dizerem as missas solenes... – mais a minha estante de prata – a sacra guarnecida de prata, portapaz, turíbulo, naveta, missal guarnecido de prata, seis castissais de prata, dois grandes e dois pequenos... – O meu gomil e prato de prata a partes dourado – dois castissais de pivetes – boceta de prata para hóstias para que tudo isto sirva nas festas solenes da minha capela...

Deixo assim mais uma caldeirinha de prata com seu hissope do mesmo... mais uma lâmpada de prata... para que em todas as festas do ano se ponha e acenda na minha capela. (...) Deixo o meu relicário de portas guarnecido de prata, que tem um Cristo Crucificado em cuja cruz está o Santo Lenho da Vera



Cruz e outras relíquias para que se ponha na minha capela no Sacrário que no retábulo está feito, e assim se não tirará se não for para efeito de ser levado em algumas procissão solene que se fizer no convento» (Freitas, 1995, pp. 52--72)¹⁷. (cats. 1, 2 e 3)

A origem oriental das peças, aqui em estudo, foi desde sempre notada e referida por quem por elas se interessou. Logo em 1604, após a abertura do testamento para a autenticação das relíquias, o oratório-relicário foi levado à presença do Arcebispo de Évora, D. Alexandre de Bragança, tendo o notário apostólico assinalado, na descrição da peça, a sua origem oriental (Silva, 2008, p. 150). João Couto, num artigo que dedica às três peças provenientes do convento da Vidigueira, citando Teixeira de Aragão (Aragão, 1898, pp. 164 e ss), refere um manuscrito que este terá consultado e incorporado na sua biblioteca particular, com o título «Fundação do Convento de Nossa Senhora das Relíquias da Ordem do Carmo, que está junto da vila da Vidigueira, e como esta Senhora apareceu, e das sepulturas que n'ele há dos senhores da casa da Vidigueira», datado de 1646, no qual o seu autor, frei Álvaro da Fonseca, dava a primeira notícia dos objectos (Couto, 1938, p. 7). Mais tarde, em 1727, quando frei Manuel de Sá, cronista carmelita, relata a sua visita ao convento alentejano, mostra-se maravilhado perante estas obras, identificando o oratório-relicário como uma custódia, anotando que era a mais preciosa de todas as obras de arte guardadas neste cenóbio (Sá, 1721, pp. 246-247). Talvez a confusão inicial na utilização do

17 Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, L^o I dos Testamentos, Testamento de André Coutinho. Vila da Vidigueira, 21 de Março de 1595. fls. 156 e ss., transcritos por Freitas, 1995, pp. 52-72 e cit. in Orey, 1996, pp. 158-159.



Cat. 2

Porta-paz, Índia (?), c. 1580

Prata, parcialmente dourada com vestígios de policromia, vidro
20 x 13 cm

Proveniência: Convento do Carmo, Vidigueira

Museu Nacional de Arte Antiga, Inv. 98 Our

termo utilizado se compreenda, não tanto pela questão formal mas pelo sentido semântico do termo custodiar – proteger o que se encontra no seu interior –, não restando quaisquer dúvidas, pela descrição, de que se trata do oratório-relicário em causa. Cerca de três décadas depois, em 1751, frei José de Sant’ana¹⁸ procede a uma pormenorizada descrição da peça, referindo não apenas a sua importância no acervo do convento e no seio da própria ordem, como também a impressão que tal acervo lhe terá causado. Ambos os cronistas descrevem o porta-paz e a estante de missal mas, sem margem para dúvidas, é o oratório-relicário que lhes prendeu a atenção. É este último religioso que, na sua crónica, descreve com todos os pormenores o porta-paz: «de filigrana de prata, tão delicada que causa admiração. Tem na face a figura de um curioso retabolo, guarnecido de duas perfeitas columnas com cimalha regular, sobre a qual assenta engenhosos remate, feito em triangolo, acompanhado de varias pirâmides. No meyo está a Imagem do Salvador do Mundo abençoando-o, em cuja circunferência, e nos espaços do interior do nicho se contão 17 Reliquias de vários Santos em caixilhos fundos, e esféricos, cubertos de crystal, e guarnecidos de finas molduras. O lavor das costas he aberto de buril em chapa de prata com a mayor subtileza, que até ao presente se tem visto em obras semelhantes» (Sant’ana, 1751, pp. 360-361)¹⁹. (fig. 1)

A observação detalhada das três peças permite-nos recolher uma série de indícios que reforçam a ideia, já divulgada por vários autores, de ter existido uma oficina única que terá

18 Sant’ana, 1751, cit. por Silva, 1996, pp. 160-163.

19 Sant’ana, 1751, cit. por Orey, 1996, pp. 157-169.



Cat. 3

Estante de missal, Índia (?), c. 1580

Prata, madeira

51 x 39 cm

Proveniência: Convento do Carmo, Vidigueira

Museu Nacional de Arte Antiga, inv. 100 Our



Figura 1
Porta-paz.
Pormenor (Cristo Redentor)



Figura 2
Oratório-relicário.
Pormenor da base

Figura 3
Estante de missal.
Pormenor do fundo

Figura 4
Porta-paz.
Pormenor do reverso



produzido as três peças. Esta comunhão estética é evidente, por exemplo, na decoração incisa do pé do oratório-relicário, na qual serpenteiam ramos de videira pontuados por animais de pequena dimensão (fig. 2), padrão decorativo que se repete de igual forma nos fundos da estante de missal (fig. 3) e do reverso do porta-paz (fig. 4). As matrizes inspiradoras das figuras centrais destas alfaias, repuxadas nas três peças, são certamente idênticas: traços fisionómicos algo orientalizados (fig. 5), apostando o ourives, por meio de um forte repuxado da prata, numa subtil mas evidente tridimensionalidade que as faz sobressair, e o efeito de claro-escuro através da aplicação de um tracejado, técnica utilizada na xilogravura e no desenho.

Também o detalhe que permite ultrapassar o plano bidimensional da placa de prata do fundo da estante de missal, através do assentamento dos pés das figuras para além das linhas limite do bordo da placa central (fig. 6), criando, assim, um novo plano visual, denota segurança e conhecimento da arte da perspectiva por parte do artífice. O próprio detalhe dos remates em forma de pirâmide, referidos nas descrições do oratório-relicário e do porta-paz, bem como os orifícios que se podem ver no topo da estante de missal são um elo de ligação estilística entre os três objectos que não deve ser ignorado.

Para além desta análise comparativa, formal e estética, um dado novo surgiu em 2009, quando foi necessário proceder a uma intervenção de limpeza do oratório-relicário: a descoberta de caracteres kanji, pintados na base de madeira que compõe a estrutura desta peça e gravados ou pintados nos versos das pequenas caixas-relicário (fig. 7) (cfr. texto de António Candeias e Belmira Maduro). Desde então, a análise laboratorial e a

Figura 5
Oratório-relicário.
Pormenor da placa
(Virgem)





Figura 6
Estante de missal.
Pormenor (São Paulo)

intervenção de conservação e restauro destes três objectos têm vindo a ser desenvolvidos de par com a construção de uma rede nacional e internacional de investigação documental e bibliográfica que tem por objectivo realizar a leitura dos caracteres e determinar o sentido da sua presença na peça central – o oratório-relicário. Pretende-se, assim, alargar o âmbito desta multifacetada investigação com o objectivo de esclarecer as variadíssimas questões que se têm levantado.

Uma das questões a analisar será, sem dúvida, a situação de André Coutinho no contexto histórico-económico da circulação religiosa/comercial entre o eixo Manila–Japão–Macau–Goa. Como afirma Pedro Lage Correia, «os franciscanos ou as ordens mendicantes de Manila, tal como a Igreja do Padroado português, mais do que defenderem

interesses exclusivamente corporativos, tinham que estar relacionados e integrados com toda uma série de interesses que iam do mercantil ao político. Somente a partir da inserção numa determinada rede de solidariedades é que a própria instituição eclesiástica em causa encontrava um apoio que permitisse a sua sobrevivência» (Correia, 2008, p. 51). Assim, as ordens religiosas e os seus protagonistas deverão ser encarados como um dos promotores e divulgadores de modelos formais e estéticos, uma vez que foram um dos responsáveis pela circulação de objectos necessários ao culto, objectos esses que irão influenciar, de forma inequívoca, as encomendas locais. Essa circulação é visível em documentação da época, como dão testemunho alguns documentos existentes na Biblioteca da Ajuda, nomeadamente a «Lembrança das couzas que manda o Padre Vizitador [Alexandre Valignano] que se compra todos os annos para o Japão»²⁰ que refere listas de «hua dúzia de casticaes de latão de pé de coluna pequenos para o altar; meuya dúzia de bocetas de hóstias douradas e não muyto grandes; Duas estantes pequenas para o altar e douradas; hua dúzia de campainhas grandes e pequenas» ou uma outra listagem intitulada «Todas estas couzas de vontade do Padre Vizitador Alexandre Valignano que se compra na China todos os annos para mandarem a Jappão fora as que vierem de Goa as que não vindo se comprarão e se mandarão a Japão»²¹, na

20 Biblioteca da Ajuda, 49 – V – 3, *Lembrança das couzas que manda o Padre Vizitador que se compra todos os annos para o Japão* in *Livro de várias noticias trasladas de varios papeis que se conservão na secretaria da Província do Japão do Collegio da Madre de Deos da Companhia de Jesus da Cidade de Macao*.

21 Idem, *Todas estas couzas de vontade do Padre Vizitador Alexandre Valignano que se compra na China todos os annos para mandarem a Jappão fora as que vierem de Goa as que não vindo se comprarão e se mandarão a Japão*.

qual são solicitadas setenta folhas de papel mandarin vermelho, um frasco grande de erva lombrigueira, cravo, canela, açúcar e presuntos. Em Abril de 1600, foi redigida uma «Lembrança do que se da de dar a cada Padre ou Irmão que vai para o Japão revista ultimamenmte pello Padre Vezitador em Abril de 1600»²² que, entre vários objectos a entregar, refere um cálice de prata ou de Calaim para além de castiçais, de paramentos e de missais, compondo conjuntos de objectos, os aparelhos de missa, que habitualmente eram distribuídos pelos missionários na sua partida para as missões, tal como atesta um documento não datado que refere esta prática para os religiosos destacados para o Sião, o Cambodja e a Cochinchina²³. Finalmente, um rol datado de Dezembro de 1603²⁴, no qual se roga o envio dos objectos necessários em prata e que, por se tornarem tão caros, exigiam que se fizessem economias naquilo que não fosse estritamente necessário ao culto, como, por exemplo, o queijo. Já em 1604, uma carta refere as «Couzias que o Visitador [Alexandre Valignano] manda trazer cada anno de Goa para o Japão»²⁵ nomeadamente «... quatro breviários; seis missaes pequenos e grandes; duas dúzias de relógios de arca; duas dúzias de relógios de sol; alguns livros espirituais sobre a vaidade do mundo e meditações de Sto. Agostinho; hua dúzia de Agnus Dei lavrados em prata e outro

22 *Idem*, Lembrança do que se da de dar a cada Padre ou Irmão que vai para o Japão revista ultimamenmte pello Padre Vezitador em Abril de 1600.

23 *Idem*, Rol do que se há de dar para os padres que forem as Missões de Sião Cambodia, Conchinchina, e Sumain (?).

24 *Idem*, Rol de couzas que se hão de mandar cada anno da Índia para provimento do Collegio de Macao, *Idem*.

25 *Idem*, Couzias que o Visitador [Alexandre Valignano] manda trazer cada anno de Goa para o Japão, *Idem*.



como se faz em Goa; três ou quatro cruzes do mesmo lavor...». São este tipo de objectos destinados a servir o culto que Luís Fróis refere numa das suas cartas do Japão quando descreve uma procissão em (...) «Domingo da Ressurreição se fez hũa das nobres procissões, & de maior pompa, & e aparato de quantas eu tenho visto em Japão. Ali se acharão todos os fidalgos, & e gente nobre Christã, & muitos gentios, dizem que seria em numero somente dos Christãos quinze mil almas todo o caminho até à cruz que he longe estaua concertado de nouo, & junto da mesma cruz doze homẽs armados com limpas, & lustrosas armas. Os fidalgos todos principaes leuaua cada hum seu retabolo na mão por auer muitos que o padre Visiador trouxe, & obra de vinte e cinco meninos do seminário com suas aluas, & retabolos nas mãos: hia uma procissão de hũa charola que leuauão quatro fidalgos muito bem concertada, & os retabolos grandes, & panos postos a maneira de nadeiras de misericórdia aleuantadas em alto & grande numero de alenternas

Figura 7
Oratório-relicário.
Reverso de um dos relicários – carácter kanji

feitas de mil euenções com suas candeas que lustrauão muito. O padre Visitador leuaua hum relicário do lenho da cruz debaixo de hum pallio, & e os padres com capas, & almaticas»²⁶.

A questão da portabilidade das alfaias e de todos os objectos necessários para a actuação eficaz de um missionário é tema que também deverá ser equacionado no contexto da profunda diferença de concepção da evangelização entre os dois padroados, franciscano e jesuíta, pois, tal como afirma Lage Correia, para a Companhia de Jesus, em oposição ao ideário mendicante, «não há uma ideia de convento, como um espaço santo, privilegiado para a oração e para a plena vivência religiosa (...) tendo, o fundador da Companhia, dotado ordem de uma estrutura que permite a mobilidade e uma integração no mundo (...)» (Correia, 2008, pp. 106-116). A materialização destas duas concepções evangelizadoras opostas deverá ter influenciado a portabilidade dos objectos, designadamente as alfaias litúrgicas, que poderão ter sofrido uma progressiva evolução com a consolidação da missão jesuíta no Oriente, no decorrer da década de 1580. É neste contexto de ambivalência em que Coutinho se moveu que se compreende a dualidade iconográfica de duas das peças que integram o tesouro da Vidigueira, o oratório-relicário e a estante de missal, nomeadamente. Na primeira, causa alguma estranheza que, no interior da caixa, ladeando a representação do Calvário observemos as figuras de São Francisco e de Santo António, matrizes da ordem mendicante e referências demasiado fortes e óbvias que não deixam de espantar que surjam a par

26 *Idem*, «Carta que o Padre Luis Froes escreveu de Miáco a quatorze de Abril de 1581 a outro padre do mesmo Japão».

da representação do símbolo dos inacianos, o «IHS» acompanhado pelos cravos e cruz. No entanto, na frente da cartela que remata o topo do oratório, observa-se uma pequena miniatura com a imagem da Virgem do Pópulo, reforçando a invocação da imagem da Companhia de Jesus, mas sendo esta miniatura e a sua moldura em prata diferente das restantes existentes na peça. Desta forma, é pertinente colocar a possibilidade do símbolo franciscano ter preenchido a cartela original do medalhão. Esta insistência na dualidade simbólica torna-se evidente quando observamos de forma atenta a estante de missal que na intercepção dos braços com a haste da cruz, na face frontal da estante, apresenta uma cartela na qual se inscrevem gravadas as chagas de Cristo, símbolo da ordem franciscana, representação muito semelhante à que encontramos no frontispício da obra *Relacion Verdadera* (San Francisco, 1625) da autoria de Diego de San Francisco²⁷. Do mesmo modo, no verso da estante, surge novamente o símbolo adoptado pela ordem inaciana reforçado pela legenda em latim «JESUM VOCABIS NOMEN EJUS». Esta duplicidade iconográfica é tanto mais compreensível quando analisada à luz da biografia do seu encomendador. Tempos de indecisão, de mediação, de possível aposta em dois campos antagónicos, fazem-nos compreender que não apenas nos campos político e religioso se assistiu a um confronto, por vezes com consequências trágicas mas, também, no campo da materialização dessa oposição permanecem vestígios significativos que testemunham um momento memorável da história dos europeus no Oriente.

27 Biblioteca Nacional de Madrid, Inv. R/33166.

A investigação em curso tem obrigado a redescobrir a figura de André Coutinho, caso de estudo e riquíssima fonte de informação face à circulação de mercadores e prelados portugueses por todo o Oriente. É esta verdadeira conjugação de fontes de inspiração que o projecto procura esclarecer no limite do possível, numa missão que tem também por objectivo colocar a figura daquele prelado como um interface de distintas visões missionárias e políticas, como modelo de mercador português, de que o Tesouro da Vidigueira é um exemplo de cruzamentos étnicos, culturais e estéticos. A equipa multidisciplinar e internacional constituída para o efeito procura, desta forma, revelar em toda a extensão a riqueza deste tesouro que materializa um momento de afirmação das artes decorativas, um elo na memória da relação entre o Oriente e o Ocidente.

* Os primeiros resultados desta investigação foram apresentados pelas autoras do projecto, Luisa Penalva e Belmira Maduro, na comunicação «O oratório-relicário da Vidigueira: uma redescoberta», no âmbito do *Colóquio Internacional de História de Arte – Portugal, a Europa e o Oriente. Circulação de artistas, modelos e obras*, organizado pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 19 de Março de 2010. Comunicação a publicar nas actas do colóquio.

AS ROTAS MARÍTIMAS
COMERCIAIS E A PRESENÇA
PORTUGUESA NA ÁSIA
(SÉCULOS XVI-XVII)

Alexandra Curvelo*

A ÁSIA que os portugueses encontraram no início do século XVI era um mundo de uma intensa actividade comercial marítima, com inúmeras comunidades mercantis em pleno florescimento, de um surpreendente cosmopolitismo urbano e aberta à novidade. No Sudeste Asiático, muito particularmente, o período balizado entre os séculos XIV e XVII assistiu ao que Anthony Reid designou por «Idade do Comércio», dominado que foi pelo crescimento da produção, a chegada dos Europeus e a islamização dos seus Estados mercantis¹. No plano económico e político, os monopólios construídos e as redes marítimas estabelecidas foram a um tempo favoráveis aos portugueses, constituindo também um dos maiores desafios com que estes se tiveram que confrontar, desde logo porque o Estado Português da Índia foi a primeira presença europeia com uma permanência institucionalizada neste cenário.

O Oceano Índico de início do século XVI era um espaço que se caracterizava pelo dinamismo e pela mudança. Era também um mundo pautado por diversas realidades físicas, sociais e humanas, estando por isso longe de dever ser entendido como um todo estável e imóvel. Enquadrado nas suas extremidades pela costa oriental africana e pelo Estreito de Malaca, este imenso palco marítimo era então atravessado pelas rotas de um comércio transcontinental. Nas rotas de médio e longo curso, que corriam em paralelo com a navegação de cabotagem, podem ser apontados três segmentos ou eixos fundamentais e complementares², de que o primeiro, que englobava o Mar Vermelho,

1 Lobato, 2000, p. 15.

2 Oliveira, 2003, p. 39.

o Golfo Pérsico, a costa ocidental da Índia e a África Oriental, tinha como centro primeiro a Índia, para onde afluíam embarcações oriundas de África, da região dos istmos (o Médio Oriente³) e do Mar da China. O segundo segmento, que incluía ainda a Índia, juntava agora Java, Samatra, a Birmânia, a Tailândia e os antigos reinos do Mecão. O terceiro abarcava a China, o Japão e o Sudeste Asiático continental e insular. Neste mapa destacava-se, pela posição fundamental que então ocupava, a cidade de Malaca, para onde convergiam as três rotas, representando talvez o maior dos empórios deste espaço.

Por volta de 1500, Malaca era uma das plataformas principais do comércio marítimo asiático, se não mesmo «o maior entreposto comercial do mundo na charneira dos séculos XV-XVI»⁴. Declarada vassalo da China e governada por uma elite muçulmana desde o início do século XV, quando o seu rajá se converteu ao Islão, Malaca importava a larga maioria dos bens de primeira necessidade que consumia, tirando o seu poder do papel intermediário que exercia entre a Insulíndia (produtora de matérias-primas) a Índia e a China (produtores de sedas, algodões, cerâmicas e outros produtos fabricados). O seu terceiro soberano iniciou uma política de conquista territorial, tendo-se apoderado de uma parte significativa da península malaia e da costa fronteira de Samatra, constituindo então uma capital-metrópole de um pequeno império atravessado a meio pelo estreito de Malaca⁵. A China, outrora detentora de um vasto império, detinha ainda um sistema económico que «(...) era ainda o mais

3 Lombard, 1998, p. 126.

4 Lobato, 2000, p. 13.

5 Oliveira, 2003, p. 49.

forte, o mais rico e o mais variado do mundo, capaz de exercer uma influência muito considerável na direcção, composição e dimensões do comércio mundial»⁶.

O intrincado e complexo conjunto de territórios, entrepostos comerciais e militares, pessoas, bens e interesses reclamados pela Coroa portuguesa, era não apenas demasiado extenso, como também excessivamente diverso para que esta pudesse proceder sempre ao exercício de uma administração passiva. Se houve situações em que a ocupação terrestre teve a possibilidade de se afirmar com um relativo grau de permanência (como foram os casos de Goa, Cochim, Colombo, Malaca e Macau, as únicas cidades onde os portugueses exerceram plena soberania e jurisdição), foi também inevitável a coexistência com outras modalidades do exercício da autoridade, desta feita mais restrita, como sucedia com as fortalezas ou as feitorias. Comercialmente, também a imposição de um monopólio sobre os tratos de que chamava a si o exclusivo foi desde sempre uma impossibilidade a Leste de Malaca, e mesmo para Ocidente do estreito (no Golfo de Bengala, por exemplo), este era permanentemente infringido, constituindo estes espaços marítimos o campo ideal para uma «expansão anarquizante», já que aqui imperavam também a pirataria e o corso⁷.

Goa, a capital do *Estado da Índia* surgia, na segunda metade do século XVI e primeiras décadas de Seiscentos, como um microcosmos da presença portuguesa na Ásia. Neste centro político, administrativo, económico, religioso e cultural da Ásia

6 Chauduri, 1998, p. 251.

7 Thomaz, 1998, p. 80.

dita «portuguesa», deparamo-nos, por intermédio da documentação escrita e visual, com a imagem de uma sociedade com a sua própria hierarquia e estruturas clientelares, em que os grandes fidalgos tinham o seu séquito de soldados e se encontravam ligados a mercadores *casados* por razões essencialmente económicas⁸. Eram, muitos deles, filhos-segundos da nobreza terrateiramente que havia partido para a Índia em busca de prestígio e riqueza, encontrando aqui um território onde era relativamente fácil fugir às malhas que o poder tentava tecer. Para a sociedade portuguesa em geral, e para estes filhos-segundos muito especialmente, o império asiático português surgia como «um factor de estabilidade», já que permitia a alguns uma mobilidade ascendente e garantia de um modo geral o poder económico e social da fidalguia⁹.

A escolher uma figura que seja paradigmática deste enquadramento, D. Francisco da Gama (1565-1632) apresenta-se como uma das que melhor incorpora a faceta poliédrica desta sociedade não apenas pelo seu próprio percurso, como pelas pessoas que a ele encontramos associadas. Bisneto de Vasco da Gama, sobrevivente de Alcácer Quibir, Francisco da Gama foi nomeado vice-rei da Índia em 1595, cargo para que voltou a ser indigitado em 1622. Chegado a Goa em Maio de 1597,

8 Que entre a fidalguia portuguesa na Índia, e sobretudo em Goa, existiam em maior ou menor grau tensões e fricções, fruto de interesses e redes clientelares estabelecidas, é algo que foi bem expresso no célebre episódio da destruição da estátua de Vasco da Gama na noite de 3 para 4 de Janeiro do ano de 1601, iniciando-se logo após um inquérito alargado para apurar responsabilidades desse motim. Sobre este desacato e a análise dos acontecimentos, *vide* Bethencourt, 1998, pp. 307 e ss.

9 Subrahmanyam, 1995, p. 348.

deve-se-lhe a realização nos anos que se seguiram de várias reformas com vista ao combate à corrupção e aos abusos sucessivos que lesavam gravemente a Coroa, tendo sido capaz de reorganizar a armada portuguesa e combater a concorrência inimiga, não obstante as acusações que lhe dirigiram os seus opositores, acusando-o de abuso de poder¹⁰. Louvado por Diogo do Couto na *Década XII da Ásia*, a ele encontramos associado um dos grandes mercadores privados de então, Fernão (Ferdinand) Cron (1559-1637), um dos muito estrangeiros de origem alemã fixados em Goa, num contacto que começou por ser estimulado pelo negócio em jóias, diamantes e pedras preciosas. Cron era o agente dos Wegger e dos Függer na Índia, que ao casar com a filha de um nobre português durante o Vice-Reinado de Matias de Albuquerque conseguiu a proeza de tornar-se cidadão de Goa, com acesso à administração da cidade e à entrada na Santa Casa da Misericórdia, uma vez que era *morador e casado*, a que se veio ainda juntar a obtenção do hábito da Ordem de Cristo. Com relações ao mais alto nível em Lisboa, Madrid e Antuérpia, na Índia teve como principais patronos o governador Manuel de Sousa Coutinho e os vice-reis Rui Lourenço de Távora e, sobretudo, D. Francisco da Gama, de quem dirigiu os negócios que manteve na Ásia durante o período em que este se ausentou da Índia, ou seja, desde 1600 até à década de 1620. Encontramos também entre as fileiras dos cristãos-novos alguns dos seus apoiantes mais importantes, como sejam Garcia de Melo, o vedor da Fazenda, assim como alguns mercadores. Em 1611 Cron era o único agente em Goa

¹⁰ Veja-se Bethencourt, 1998, pp. 307 e ss., não apenas para o traçar do perfil desta figura histórica, mas também para o tipo de tensões geradas pela política desenvolvida.

com autorização para actuar como intermediário entre a Ásia e a Europa, tendo sido um dos poucos a sair ileso de uma cenário que, no início do século XVII, era hostil aos não-portugueses, já que datam de 1605 as leis promulgadas com vista à expulsão dos estrangeiros que viviam na Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, Açores e Madeira. Consegue-o pela política de casamentos das suas filhas, numa sábia inserção da sua prole nas famílias mais influentes da Índia portuguesa. Em 1611 foi nomeado pela Rainha D. Margarida como o seu procurador na Ásia, época em que lhe foram concedidas duas viagens ao Japão, com as quais foi possível custear a edificação do convento agostinho madrileno da Encarnação, perto do Palácio Real. Tendo deixado definitivamente Goa em 1624, viveu em Madrid de 1627 até 1637, ano da sua morte¹¹.

Cron foi um dos muitos clientes de uma das viagens potencialmente mais lucrativas de então: a do eixo Macau–Japão.

No Mar da China, Macau emergiu paulatinamente como porto de partida da maior parte das viagens concedidas ao Japão, mas também à Insulíndia e Indochina. De facto, o desenvolvimento deste entreposto deveu-se largamente à sua capacidade em colocar-se no centro de três rotas marítimas fundamentais na geografia da Ásia oriental que tinham como denominador comum a exportação da seda chinesa: a rota que ligava Macau à Índia e a Lisboa; a que seguia para o Japão e, por fim, a que através de Manila, nas Filipinas, terminava na América espanhola, em Acapulco¹².

11 Mathew, 1997, pp. 183-186; Subrahmanyam, 1995, pp. 337-338.

12 Lourido, 1995, p. 22.

Aqui predominava a influência e o peso dos portugueses estabelecidos por conta própria, fossem eles mercadores privados ou aventureiros, que ainda antes da fundação deste entreposto, nas décadas de 1530 e 1540, assim como durante a década de 1560, utilizaram os portos da costa da China na província de Fujian e depois Cantão, para lançarem as bases do comércio sino-nipónico que Macau articulou a partir de 1557 por efeito da proibição Ming que incidia sobre todo o comércio externo com o Japão¹³. A prova material das relações regulares entre Malaca e a China durante este preâmbulo temporal à fixação em Macau encontra-se na própria encomenda artística então surgida, de que a porcelana azul e branca chinesa é um dos melhores exemplos. Lembremo-nos, pois, da peça remanescente de um conjunto certamente maior mandada executar na China pelo capitão de Malaca entre os anos 1528-1529 e 1539-1542, de nome Pero de Faria, que a par da representação da esfera armilar ostenta a inscrição «EM TEMPO DE PERO FARIA, 1531»¹⁴.

O aumento das presenças ditas «informais» deu-se sobretudo em paragens distantes dos locais onde funcionavam as grandes rotas do comércio marítimo asiático, nas regiões onde os interesses oficiais não eram tão evidentes ou, inclusivamente, onde a praticabilidade da Coroa proceder à cobrança de direitos sobre a totalidade do tráfico marítimo era uma tarefa quase impossível de ser executada. Foi a estes indivíduos que se ficou a dever a consolidação da presença portuguesa em regiões como

13 Oliveira, 2003, p. 53.

14 Existe também uma outra peça, neste caso uma taça brasonada, igualmente associada a Pedro de Faria, mas para o ano de 1541, que se encontra no Museu Duca di Martina, em Nápoles.

o Pegu, Camboja, Champá, Cochinchina, a ilha de Bali, Timor, Solor, Macáçar, Bornéu, Celebes, num processo para que contaram igualmente as alianças estabelecidas entre os mercadores particulares e os missionários¹⁵. Também em Macau e no Japão a presença portuguesa desenvolveu-se à sombra desta aliança entre a rede de mercadores e a rede missionária¹⁶.

Macau emergiu, então, para utilizar um termo de Braudel, como «cidade dominante», pois em última instância era a partir daqui que se regulava o comércio com o Japão¹⁷, numa viagem que, se excluirmos a rota do Cabo, alcançava lucros equivalentes a 5 ou 7% do total dos rendimentos do *Estado da Índia* em finais do século XVI¹⁸. Esta rota não estava, porém, e à semelhança de todas as outras, isenta de riscos, o que levou a que num primeiro momento a capitania da viagem do Japão fosse leiloada em vez de doada, num esquema em que a Coroa portuguesa conseguiu manter-se afastada dos encargos e riscos decorrentes, optando antes por uma solução de não compromisso mas que lhe trazia mais-valias elevadas. A Coroa, no entanto, reclamava para si o controlo da viagem, pois para além de a regulamentar através dos regimentos, requeria ao comprador um aval do vice-rei. Entre os clientes das viagens encontravam-se quer portugueses, quer estrangeiros, como foram os casos de Ferdinand Cron, ou do convento de la Encarnación, em Madrid, que recebeu uma doação de cinco viagens do Japão¹⁹.

15 Oliveira, 2003, p. 56.

16 Flores, 1998, p. 145.

17 Sobre o trato do Japão, seguimos essencialmente a tese de mestrado de Leitão, 1994

18 Idem, *Ibidem*, p. 14.

19 Boxer, 1989.

A partir da década de 1560 o eixo Macau–Japão emergia como um dos alicerces fundamentais do comércio português na Ásia, sobressaindo Macau como um importante foco de fixação. O cobre e a prata provenientes e transaccionados nestes limites do continente asiático proviam a Casa da Moeda de Goa e a venda das viagens China–Japão tornaram-se numa importante fonte de rendimento para a Coroa, o que aliás era bem notado na época: «digo que são as melhores, e mais proveitosas de todas as que se fazem nas partes da India, e assi se proverom sempre em fidalgos muito honrados, e de serviços e mereçimentos muito particulares»²⁰.

No século XVI, e de acordo com Sanjay Subrahmanyam²¹, este eixo abriu, sobretudo, uma nova via para o comércio privado, chamando a atenção dos mercadores particulares para um campo de acção onde não competiam com a Coroa. Outro dos papéis que desempenhou foi o de aumentar os direitos das alfândegas em Goa e em Malaca. Os portugueses beneficiavam de um confluir de conjunturas internas dos reinos da China e do Japão que os colocaram como agentes fundamentais de todo este processo, os primeiros pelas restrições impostas à participação dos seus súbditos no comércio com o Japão, deixando assim o caminho aberto para os lusos, os segundos, por força de terem concentrado, no último quartel do século XVI, o grosso do seu comércio ultramarino nas Filipinas e na Ásia do Sueste em vez da China.

20 *Livro das Cidades e Fortalezas...*, Cap. XVII: «Da Importancia e qualidade de cada huma das viagens da India», fl.95.

21 Subrahmanyam, 1995, pp. 148-149.

As vidas de indivíduos como D. Francisco da Gama e de Ferdinand Cron inscrevem-se numa era de charneira e abarcam já um momento de mudança no contexto político-económico que marcou os anos de 1570, altura em que o carácter essencialmente litoral da política da Coroa portuguesa na Ásia passou a ser posto em causa. Efectivamente, para o período balizado entre 1570 e 1610, pode-se falar de uma época de «reorientações» em que se assistiu ao equilíbrio de forças entre a territorialidade e os desafios marítimos²². Foi uma fase em que as duas tendências – a do controlo do comércio marítimo, por um lado, e a do domínio de territórios, por outro –, procuraram dominar. Durante o reinado de D. Sebastião (1568-1578), verificou-se a criação de «companhias de ordenança», o reforço das armadas e, simultaneamente, iniciativas de carácter militar²³.

O panorama traçado manteve-se quase inalterado durante o reinado de Filipe II de Espanha, rei de Portugal entre 1580 e 1598. Para este período, é importante tomar em linha de conta que, ainda que tenha sido estabelecida uma separação administrativa entre os espaços ultramarinos português e castelhano, não houve eco desta determinação na dinâmica político-económica. Pelo contrário, constatou-se a convergência de interesses, geradora tanto de simbioses como de conflitos, podendo sustentar-se a tese de que, e ao contrário do que é por vezes defendido, os Áustria de Madrid não abandonaram a Ásia portuguesa²⁴.

22 *Idem*, 1995, p. 151.

23 Nepote, 2000, p. 137.

24 Valladares, 2001b, p. 73 e ss.

A zona onde se assistiu ao maior choque de interesses ocorreu nas áreas da Insulíndia e da Ásia oriental, onde portugueses de Macau e Nagasaki e castelhanos de Manila temiam pela mútua interferência nos respectivos mercados. Se os interesses de ambas as partes estavam, pelo menos teoricamente, salvaguardados pela separação oficial das Coroas acordada nas Cortes de Tomar, que legitimaram a conquista do trono português pelo monarca espanhol, estando estipulado numa das cláusulas que os domínios coloniais das duas Coroas deveriam permanecer administrativamente separados como até então, e que deveria ser absolutamente proibida a navegação e o comércio entre eles²⁵, no terreno a realidade era bem diferente.

Tomemos, pois, como exemplo o caso do arquipélago filipino e as dinâmicas do eixo Manila–Acapulco, que nos coloca no interior de um espantoso universo de confluência de pessoas e bens que, a partir das Filipinas, seguiam em direcção a terras ibero-americanas através de um portentoso navio – o Galeão de Manila –, que inaugurou o trajecto transoceânico em 1573 com os navios *Santiago* e *San Juan*, transportando então uma carga que incluía 712 peças de seda e 22.300 porcelanas²⁶, quantidades só por si eloquentes e pré-anunciadoras das riquezas que vieram a ser transportadas²⁷. Em 1640, o Galeão transportou de Acapulco para as Filipinas 2 milhões de pesos em prata, levando na torna-viagem um carregamento de sedas da China no valor de

25 Boxer, 1990, p. 58.

26 Kuwayama, 1997, p. 13.

27 Vide o artigo de Boxer, 1958, pp. 539-547.

2 milhões e meio de pesos, fazendo desta carreira a mais lucrativa de todo o comércio internacional da época²⁸.

Aquele que se tornou no mais longo percurso marítimo sem tocar terra, foi também o mais duradouro em termos de arco cronológico, já que a rota Manila–Acapulco–Manila manteve-se durante 250 anos, sobrevivendo inclusivamente ao estabelecimento da ligação directa entre a Espanha e as Filipinas por via do Cabo da Boa Esperança a partir de 1763²⁹.

Durante este período de dois séculos e meio, calcula-se que terão naufragado 30 galeões, desaparecido 1600 homens e perdido 60 milhões de pesos em mercadorias. A bordo deste imenso «tesouro flutuante» seguiam entre 400 a 600 pessoas, incluindo a tripulação³⁰. Uma vez embarcadas no Cavite, davam início à mais longa e violenta de todas as travessias oceânicas. A viagem da Ásia em direcção à América, que demorava em média 7 meses, correspondia ao percurso mais árduo e perigoso, não apenas por razões de ordem natural, que obrigavam à designada «Vuelta de Poniente», ou à aproximação ao arquipélago japonês, mas também pela ameaça da pirataria holandesa e inglesa. O poderio holandês nesta zona do globo na passagem do século XVI para o século XVII veio mesmo a traduzir-se no aparecimento de dois navios de guerra sob o comando de Olivier van Noort na baía de Manila em Outubro de 1600, renunciando desta forma as

28 Pires, 1987, p. 29.

29 O estudo mais importante sobre o «Galeão de Manila», é a obra de Schurtz, 1992.

30 Os primeiros galeões, contudo, transportavam entre 60 a 100 homens.

dificuldades com que a Espanha se teve que confrontar nos seus domínios do Pacífico³¹.

No sentido contrário, da América para a Ásia, podia-se atingir Manila em apenas 3 meses, tocando no Havai e nas ilhas Carolinas. Para assegurar este verdadeiro desafio às forças naturais e humanas, o galeão, um barco imenso que era simultaneamente um navio mercante e de guerra, já que ia armado de canhões, era construído nos estaleiros de Cavite por artesãos e aprendizes indígenas, chineses e malaios sob a responsabilidade do governador de Manila. A matéria-prima utilizada era a madeira do arquipélago, embora as peças de metal fossem fabricadas tanto na China, como no Japão, Macau e/ou Índia³².

O sonho acalentado por Castela desde 1580 em fundir as carreiras asiática e americana de modo a que os galeões espanhóis pudessem passar do Novo Mundo à Índia para arribar a Lisboa, e não a Sevilha, não foi concretizado. Nas últimas três décadas do século XVII, embora a níveis bem inferiores aos registados nos finais do século XVI e início de Seiscentos, pode-se atestar a recuperação da Rota do Cabo através de um comércio movido por uma nova lógica, já que os navios da Carreira da Índia tocavam ocasionalmente os portos atlânticos, na costa ocidental africana ou no Brasil, abrindo caminho ao contrabando. Após a sua fundação em 1549, Salvador da Baía foi um desses portos cujas escalas eram proibidas pelos regulamentos da Carreira da Índia, promulgados em 1565. Mas tal como sucedera na Ásia, também para o Atlântico a mera legislação não era impeditiva

31 Lach; Kley, 1993, p. 312.

32 Lorente Rodríguez, 1944, pp. 110-120 e Schurtz, 1992.

de tal comércio. A *viagem em direitadura* (viagem directa de Goa a Lisboa) passou, a partir de 1672, a ter a Baía como escala autorizada no seu regresso, numa relação que se estreitou ainda mais após 1690 e a descoberta de ouro em Minas Gerais³³. Eram outros horizontes que despontavam e novas redes que emergiam.

* Este texto resulta da investigação realizada para a tese de doutoramento em História de Arte, defendida na FCSH da UNL em Junho de 2008 e intitulada *Nuvens Douradas e Paisagens Habitadas. A Arte Namban e a sua circulação entre a Ásia e a America: Japão, China e Nova-Espanha (c. 1550-1700)*.

33 Subrahmanyam, 1995, p. 261.

JESUÍTAS E MENDICANTES
NA ÁSIA ORIENTAL.
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pedro Lage Reis Correia

ESTE TEXTO tem como objectivo proporcionar um enquadramento histórico às três peças integradas no conjunto artístico denominado Tesouro da Vidigueira, bem como à actividade do Padre André Coutinho, estreitamente associado à produção e circulação destas peças. Sendo assim, torna-se útil uma contextualização das presenças jesuíta e mendicante na Ásia Oriental.

Embora esse mesmo contexto nos remeta para uma actividade missionária no século XVI, é conveniente assinalar brevemente os contactos iniciais entre mendicantes e a Ásia Oriental.

O primeiro contacto comprovado entre um missionário ocidental e poderes políticos asiáticos, foi estabelecido no século XIII por um discípulo directo de São Francisco de Assis. No seguimento da expansão mongol na Europa Oriental, e com o intuito de estabelecer negociações com o exército invasor, o Papa Inocêncio IV em 1245 decide enviar o franciscano Giovanni da Pian del Carpine numa missão diplomática. A experiência de Carpine na Europa Oriental, como organizador da presença franciscana em território germânico, assim como na Hungria e Boémia, valeram-lhe o título de legado papal junto das autoridades mongóis. O diplomata franciscano chega às estepes asiáticas em Julho de 1245, assistindo à eleição do novo Khan, Güyük. Carpine encontra-se em várias ocasiões com Güyük Khan, transmitindo o desejo da Santa Sé em chegar a um acordo de paz com o poder mongol. Para além deste objectivo imediato, o missionário franciscano é mandatado para sondar a disposição do soberano mongol em aliar-se a reinos cristãos para libertar a Terra Santa. A missão diplomática resultou num fracasso. Para além do Khan estar determinado numa estratégia de ocupação da

Europa Oriental, a posição de paridade demonstrada pelo Pontífice Romano, através dos documentos pontifícios apresentados por Carpine, parece ter excluído qualquer princípio de acordo. Posteriormente, dissensões internas acabaram por fragilizar o plano de invasão e a rivalidade entre Güyük e Batu, o comandante na frente ocidental, levou a um retrocesso dos exércitos mongóis.

O contacto seguinte entre religiosos cristãos e a Ásia Oriental teve lugar ainda em finais do século XIII, também sob a égide da ordem franciscana. Em 1289, Nicolau IV (antigo franciscano) envia o também franciscano Giovanni da Montecorvino à China, com o intuito de congregar as comunidades de cristãos nestorianos sob o primado do Papa. Apesar de, em 1292, obter a autorização de Kublai Khan para residir em Pequim, os seus esforços são rebatidos pelos cristãos nestorianos. Em 1307 o Papa Clemente V envia sete franciscanos para colaborarem no ministério de Montecorvino, reforçando a sua autoridade através da concessão do título de arcebispo de Pequim e primaz da China. Uma nomeação com impacto nulo no terreno, quer junto do poder mongol, quer cerca das comunidades nestorianas, que continuavam a recusar o primado da sede romana¹.

Após estes contactos conjunturais durante o século XIII, a actividade das ordens religiosas na Ásia Oriental somente se torna conseqüente a partir do século XVI, no contexto da presença ibérica. No que concerne ao Padroado português, em 1497 a bula *Ineffabilis et Summi*, de Alexandre VI, enquadrava legalmente uma presença portuguesa na Ásia, atribuindo à Coroa o direito de evangelização dos povos a Oriente do Cabo da Boa Esperança².

1 V. Standaert, 2001.

2 V. Huiskamp, 1994.

Mas se existia um enquadramento legal para o Padroado, no plano prático a presença portuguesa na primeira metade do século XVI conseguiu articular-se com o mundo asiático. Gradualmente, constituem-se redes mercantis luso-asiáticas, fundamentais para a circulação e integração dos missionários na Ásia Oriental. Assim, após a conquista de Malaca, em 1511, os portugueses estabelecem-se nos circuitos comerciais da Ásia Oriental. Primeiro entre Malaca e a costa sul chinesa, depois entre Kyushu no sul do Japão e Macau. Esta presença lusa começou a consolidar-se, sobretudo, a partir do momento em que os portugueses chegaram ao Japão em 1543 e se fixaram definitivamente em Macau em 1557³.

Simultaneamente, a actividade das ordens religiosas vai estando associada a estas redes comerciais luso-asiáticas. É neste contexto que Francisco Xavier chega ao Japão em 1549. É igualmente no âmbito de uma associação a mercadores, que o dominicano Frei Gaspar da Cruz entra na China. Em 1554 estava em Malaca e, dois anos depois, encontra-se no litoral chinês, integrado num grupo de comerciantes. Em Dezembro conseguiu obter licença das autoridades locais para ficar cerca de um mês em Cantão, acompanhando mercadores portugueses. Todavia, não logrando estabelecer uma residência permanente, recolhe informações sobre a sociedade chinesa. Muito provavelmente em 1564 já se encontra em Portugal e, para além de escrever a partir da sua experiência, Gaspar da Cruz sistematizou e organizou o conhecimento sobre a China que desde o início de Quinhentos tinha chegado a Portugal, dando forma ao *Tratado*

3 AAVV, 1993; Barreto, 2000; Costa, 1995.

das cousas da China (Évora, 1570): a primeira monografia inteiramente dedicada à China a ser impressa na Europa⁴.

Na viragem para a segunda metade do século XVI, a interacção entre a Companhia de Jesus e grupos de mercadores foi indispensável para consolidar a presença de ambos na Ásia Oriental. Estes últimos foram fundamentais, como veículos de experiências e conhecimento, proporcionando igualmente condições materiais e de financiamento para o estabelecimento das missões.

Na passagem da década de 50 para os anos 60, esta parceria permite estabilizar uma comunidade luso-asiática em Macau. Em 1562 é aberta a primeira residência da Companhia nesta cidade portuária, quando o mercador Pedro Quintero cede parte das suas instalações aos jesuítas Luís Fróis e Giovanni Battista del Monte, em trânsito para o Japão. No ano seguinte surge o primeiro grupo jesuíta residente, composto pelos padres Francisco Perez e Manuel Teixeira e pelo irmão André Pinto. Nos dois anos seguintes, Perez e Teixeira acompanham mercadores a Cantão, na tentativa de se fixarem na cidade. Frustrado esse intento, a Companhia vai procurar consolidar a sua presença em Macau. Em particular articulando-a com o estabelecimento da missão japonesa⁵.

Efectivamente, no Japão a parceria entre missionários jesuítas e mercadores luso-asiáticos, também concorria para alicerçar a presença de ambos em território nipónico. Na ausência de um poder central forte, o cenário político era constituído por cerca de 70 feudos governados por senhores locais (*daimyo*). A experiência da Companhia de Jesus, desde 1549, foi permitindo

4 Loureiro, 1997; *Idem*, 2009.

5 Barreto, 2006.

perceber os diferentes cambiantes regionais, assim como os mecanismos de funcionamento da sociedade japonesa. Todo este conhecimento acumulado, não só foi fundamental para a presença da Companhia, como acabou por ser determinante para a actividade dos mercadores luso-asiáticos em território japonês.

Na década de 60 o contacto entre os missionários e Omura Sumitada, um dos *daimyo* de Kiushu, que se converte ao Cristianismo em 1563, permitiu que os mercadores macaenses se estabelecessem nos seus domínios, primeiro em Yokoseura (1562) e em Fukuda (1563) e finalmente em Nagasaki (1571), que passa a ser a base da presença jesuíta no Japão, bem como o porto de chegada da nau do trato⁶.

A associação entre mercadores macaenses e Companhia de Jesus consolidou-se poucos anos depois, em 1578, quando o Visitador jesuíta Alessandro Valignano estabeleceu um acordo que permitiu o investimento da Companhia em parte do carregamento de seda enviado para o Japão.

Chegados a esta fase, em finais da década de 70, é necessário agora observar a entrada franciscana na Ásia Oriental e, particularmente, em Macau.

No âmbito do Padroado português, em território indiano existia uma consolidada presença mendicante, em especial de franciscanos. De facto, desde a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral à Índia, em Setembro de 1500, que os franciscanos tomam a seu cargo o principal esforço missionário, sendo por vezes auxiliados por religiosos de outras ordens mendicantes.

6 Boscaro, 2008; Boxer, 1989; *Idem*, 1993; Bourdon, 1993; Costa, 1999; Pacheco, 1989.

Esta actividade é acompanhada nas décadas de 30 e 40 pela fundação de diversos estabelecimentos franciscanos, com destaque para conventos e seminários em locais como Goa e Cranganor⁷.

Todavia, a missão franciscana que André Coutinho vai encontrar na China e em Macau, vem por via das Filipinas e somente se compreende no âmbito da presença castelhana em Manila⁸.

Na segunda metade do século XVI assiste-se à entrada espanhola na Ásia Oriental. Em 1565 Andrés de Urdañeta inaugurou a ligação entre as Filipinas e o México, abrindo assim as portas do conhecimento do Oriente ao mundo espanhol.

Mas quando os castelhanos se estabeleceram em Manila, em 1571, os mercadores luso-asiáticos já se encontravam integrados nas redes comerciais da Ásia Oriental. Imediatamente, a presença espanhola vai procurar entrar nas rotas mercantis do Extremo Oriente asiático. Com essa finalidade, é aproveitado o contacto com a comunidade fuquienense da cidade, de forma a colocar Manila na rota comercial que unia a China com a ilha de Luzon.

Neste contexto, a actividade dos mendicantes de Manila foi fulcral para o plano de integração castelhano nos mares da China. Logo na década de 70, religiosos agostinhos, franciscanos e dominicanos trabalham junto da comunidade fuquienense, com o intuito de desenvolverem conhecimentos e estratégias para uma futura entrada na China pelo Fujian.

Em 1575, na sequência de um confronto com o pirata Lin Feng, Manila tem autorização do comandante da guarda costeira chinesa para enviar uma representação ao Fujian. As autoridades

7 V. Costa, 2000; Rego, 1940.

8 V. Chaunu, 1960-1966; Corsi, 2008.

castelhanas concluem que Martin de Rada, um agostinho que viera com Urdañeta na expedição às Filipinas de 1564, é a personalidade mais bem preparada para chefiar esta missão.

Martin de Rada trabalhara junto da comunidade fuquienense de Manila, por isso o governador Guido de Lavezaris achava que tinha o capital de conhecimento suficiente para liderar esta representação castelhana ao Fujian. Esta missão tinha como finalidade preparar o estabelecimento de um entreposto comercial espanhol na costa chinesa. O efeito imediato da missão de Martin de Rada foi a entrada em Manila de 28 livros em chinês sobre diversos temas, como astronomia, aritmética, leis e medicina. Deste modo, a viagem de Rada, ainda que não tivesse consequências políticas, contribuiu para um maior conhecimento da China no mundo espanhol⁹.

É neste contexto que surge em território chinês a missão franciscana com a qual André Coutinho vai contactar.

Assim, no início do ano de 1579, parte de Manila uma missão franciscana para a China, composta por Giovanni Battista Lucarelli, Augustín de Tordesillas, Sebastián de San Francisco e Pedro Alfaro, superior franciscano das Filipinas. O objectivo, à semelhança do que sucedeu com Martin de Rada, era aproveitar os contactos com a comunidade fuquienense de Manila, para um estabelecimento no Fujian. Não conseguindo garantir a presença em território fuquienense, em Junho de 1579 estão em Cantão. Nesta cidade permanecem poucos meses, sendo expulsos pelo Vice-Rei em Novembro e chegando a Macau ainda nesse mês. Entre Junho e Novembro a ausência de uma rede de

9 V. Rubiés, 2004; Girard, 1999.

apoio em Cantão, leva a que se deteriore rapidamente a possibilidade de permanecerem na cidade. Desse modo, logo em Junho escrevem ao bispo D. Melchior Carneiro, procurando assegurar uma retirada e uma futura presença em Macau. Como espaço de fronteira esta cidade portuária surgia nesta circunstância como uma margem recuada do mundo chinês, da mesma forma que noutras conjunturas poderia afigurar-se como uma porta privilegiada de entrada na China. Desde o contacto inicial que D. Melchior Carneiro estimula a vinda destes franciscanos para Macau. Como primeiro bispo a chegar a Macau, em 1568, procurou garantir uma autonomia de acção perante a Companhia de Jesus. O estabelecimento franciscano na cidade concorria para este objectivo. É neste contexto que emerge também André Coutinho, padre secular próximo de D. Melchior Carneiro, e meio de contacto prioritário com os franciscanos em Cantão. Para além de transmitir a posição do bispo, o próprio Coutinho escreve a Tordesillas e Alfaro, garantindo o seu empenho pessoal e apoio material para a fundação de uma residência franciscana. Na sua perspectiva, era fundamental que em Macau coabitassem franciscanos e jesuítas. Consequentemente, em Fevereiro de 1580, foi inaugurado o convento de Nossa Senhora dos Anjos¹⁰.

É neste espaço asiático, sujeito a diversas dinâmicas e a conjunturas distintas, que se enquadra a vida de André Coutinho, e que se compreende a originalidade destas três peças de prata pertencentes ao Tesouro da Vidigueira.

10 V. Lopes, 1962; Teixeira, 1978; Cummins, 1978.

O TESOURO
DA VIDIGUEIRA.
ESTUDO E INTERVENÇÃO
DE CONSERVAÇÃO

António José Candeias e Belmira Maduro

MUSEU Nacional de Arte Antiga tem no seu acervo um dos mais importantes conjuntos de ourivesaria religiosa proveniente do Oriente, designado por Tesouro da Vidigueira, constituído por um oratório-relicário, um porta-paz e uma estante de missal.

A intervenção de conservação realizada em 2009 no oratório-relicário, tendo em vista a sua integração na exposição *Encompassing the Globe*, permitiu descobrir caracteres chineses no fundo de alguns dos receptáculos com relíquias e nas cavidades abertas na madeira da caixa para as conter.

A particularidade desta peça contribuiu para que em 2010 se desse início a um projecto que englobou a conservação e o estudo material, técnico e histórico do conjunto.

A par destes estudos material e técnico e da intervenção de conservação que estão a ser desenvolvidos pelos Departamentos de Conservação e Restauro e Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, IMC e pelo Centro HERCULES, Universidade de Évora, um estudo documental está a ser realizado pelo Museu Nacional de Arte Antiga em parceria com o Centro de História de Além-Mar, FCSH/UNL, como já foi referido no início deste catálogo.

DESCRIÇÃO, TÉCNICA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ORATÓRIO-RELICÁRIO (CAT. 1)

A oxidação da prata e prata dourada dos elementos decorativos que integram o oratório, provocada pelo meio ambiente e traduzida num escurecimento homogéneo de toda a superfície da prata que impede uma leitura correcta da peça, e o destacamento

da policromia existente nas placas figurativas levaram a uma intervenção de conservação que estabilizasse a peça e prevenisse a evolução da sua degradação.

O oratório-relicário é constituído por diversos materiais cuja intervenção de conservação implicou a desmontagem dos elementos em prata. A peça é formada por um corpo central composto por uma caixa de madeira com duas portas, forrada no exterior por veludo azul com aplicações em prata, pregaria, ferragens e quatro molduras ovais com pinturas/miniaturas sobre cobre.

A madeira do interior da caixa e das portas está revestida com papel sobre o qual foram aplicadas oito placas de prata, prata dourada e policromada, com relíquias. A caixa encerra no interior um crucifixo em madeira com os braços e a haste preenchidos com relíquias sendo a da intercepção dos braços a do Santo Lenho. Os relicários são compostos por vidros e duas chapas de cobre dourado inseridas na madeira, o Cristo é dourado e semi-policromado. A peanha onde se insere a cruz em prata é também um relicário.

O corpo central fixa-se sobre um pé em prata, constituído por um elemento rectangular tridimensional, uma haste curta e uma base circular. Estes três elementos têm no seu interior uma alma de madeira. O topo do corpo central do oratório é rematado por um elemento em prata, constituído ao centro por uma moldura oval que encerra no interior uma pintura sobre papel, representando a Virgem do Pópulo. Duas folhas de acanto unidas no centro da moldura desenvolvem-se simetricamente terminando em duas volutas. O conjunto é rematado ao centro por uma urna que assenta no topo da caixa sem qualquer sistema de fixação. Nos dois cantos da frente da caixa inserem-se duas

urnas iguais, com formato idêntico à do remate, mas de dimensões ligeiramente menores.

O oratório-relicário foi alvo de uma intervenção em 1881¹ durante a qual o veludo original de cor verde, que revestia exteriormente a caixa, foi substituído pelo actual de cor azul, encontrando-se este já degradado com desgaste do pêlo e perda de tecelagem nas arestas. Provavelmente foi nesta intervenção que a posição das pinturas/miniaturas foi alterada tendo sido trocadas as das portas com as laterais². Actualmente, na porta direita observamos o rosto de Cristo com uma coroa de espinhos e na da esquerda, a figura de Cristo Redentor, no lado direito da caixa a Anunciação e no lado esquerdo a Natividade.

A diversidade de materiais utilizados na execução do relicário levou a que se equacionasse a sua desmontagem para se definir o tipo de intervenção a efectuar. A opção de desmontar todos os elementos de prata permitiu um tratamento mais profundo e pormenorizado, tendo facilitado a observação das técnicas utilizadas no fabrico das peças de prata assim como as alterações estruturais que ocorreram na peça.

A alteração das dimensões da caixa deverá também ter ocorrido durante a intervenção de restauro de 1881, tendo a largura das ilhargas e, conseqüentemente, dos topos, sido modificada, tornando-se pequena face às dimensões das duas placas de prata laterais e à do topo, que foram deformadas de forma a poderem encaixar-se no espaço disponível.

1 Orey, 1996.

2 *Idem.*

A desmontagem das placas de prata que revestem o interior da caixa revelou caracteres chineses pintados nos fundos de alguns dos orifícios escavados na madeira das costas e ilhargas e no fundo dos receptáculos dos relicários inseridos nas placas de prata (fig. 8).

O elemento rectangular de prata que faz parte do pé e sobre o qual está a caixa do relicário encontra-se deformado. A prata dos cantos, assim como das extremidades superiores, está partida e fissurada, consequência das dimensões da alma de madeira. A madeira utilizada, que parece ser um reaproveitamento, foi dourada com ouro de lei, o que não se coaduna com o facto de não ser visível. Este elemento foi cortado de forma a adaptar-se às dimensões do elemento circular de prata (fig. 9).

A desmontagem do oratório-relicário facilitou a remoção da camada de oxidação homogénea e generalizada da superfície de prata e prata dourada, tendo este processo sido realizado por métodos químicos e mecânicos. Facilitou, ainda, a fixação da policromia das figuras em baixo relevo inseridas nas placas de prata dourada e o tratamento das pinturas/miniaturas sobre cobre, intervenção esta que foi realizada pela Divisão de Pintura do Departamento de Conservação e Restauro do IMC.

Os elementos em prata aplicados no oratório-relicário foram executados e decorados por ourives conhecedores das técnicas do seu ofício. As oito placas de prata rectangulares inseridas no interior das portas e da caixa de madeira têm representações de várias figuras de santos. Nas portas do oratório aparecem as figuras de São Pedro e de São Paulo; nas ilhargas direita e esquerda do interior da caixa observamos Santo António e São Francisco de Assis, respectivamente, enquanto no painel central surgem as imagens da Virgem e de São João. Nos quatro cantos das placas



inferiores e superiores da caixa figuram querubins, tendo a de topo, ao centro, uma medalha em cera com o Calvário e uma legenda. A chapa destas placas foi executada por martelagem e as figuras marcadas a punção pela frente e repuxadas pelo reverso. As figuras e os anjos têm as carnações policromadas e algumas delas ainda conservam no reverso, o interior preenchido por uma massa betuminosa (fig. 10) que evitou a deformação do repuxado e permitiu a

Figura 8
Oratório-relicário.
Interior da caixa

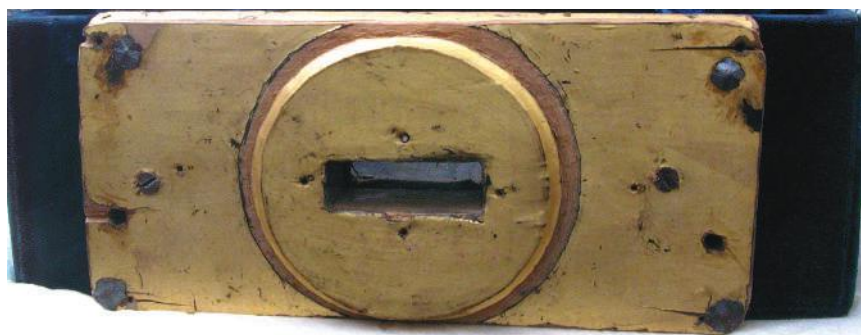


Figura 9
Oratório-relicário.
Base da caixa

decoração suavemente gravada nas vestes (fig. 11) e o cinzelado da barba e dos cabelos.

Uma decoração recortada em forma de grelha composta por pequenas flores envolve as figuras, sendo estes motivos de fundo executados por um instrumento que realizava, em simultâneo, a estampagem e perfuração, criando um padrão que se desenvolve nas placas segundo linhas verticais e diagonais. O modo como o padrão se desenvolveu pode ser observado nas placas centrais, mais precisamente na área oculta pela base da cruz que, por não ser decorada, permite ver essas linhas. A prata, assim decorada, foi dourada com folha de ouro, observando-se vestígios desta aplicação no reverso das placas. As orlas dos mantos e túnicas também foram douradas pela mesma técnica.

O pé do oratório-relicário é formado por dois elementos: num primeiro registo, a partir de uma base circular sobrelevada por frisos em cana e contra-cana, decorados por linhas oblíquas e delimitados por um

filamento encordado, eleva-se uma haste cilíndrica que termina num friso rendilhado. A ligação da haste com o corpo central do relicário realiza-se por meio de uma plataforma rectangular que oculta a base em madeira dourada. Estes dois elementos têm uma decoração composta por motivos vegetalistas e zoomórficos sobre um fundo cinzelado, sobressaindo um entrelaçado de ramagens com parras e cachos bem como pássaros e pequenos animais comparáveis a coelhos ou esquilos (fig. 12).

PORTA-PAZ (CAT. 2)

O porta-paz, simultaneamente relicário, foi executado em prata parcialmente dourada e filigrana de prata. A estrutura da peça em forma de um pórtico assenta sobre uma base na qual se inscrevem três relicários, ostentando duas colunas laterais. Ao centro, a figura de Cristo Redentor, ladeada por



Figura 10
Oratório-relicário.
Pormenor da decoração gravada

Figura 11
Oratório-relicário.
Reverso de uma placa

um emolduramento assimétrico de relicários – cinco do lado direito e quatro do esquerdo –, abençoa com a mão direita e suporta na esquerda um orbe. A parte superior do pórtico é rematada por um entablamento com três relicários e um frontão triangular com outro



relicário ao centro. No topo do entablamento observam-se três orifícios, um ao centro e dois nas extremidades, possivelmente para introduzir elementos decorativos idênticos aos da estante de missal e do oratório-relicário. No entablamento inferior estão inseridos três pequenos relicários retangulares.

O porta-paz é fechado, no reverso, por uma chapa de prata com uma pega em forma de serpente. Esta chapa funciona como uma tampa, fixa no reverso do pórtico por nove parafusos laterais e um central.

A frente do porta-paz, realizada em filigrana sem estrutura de suporte, é constituída por fios grossos de secção rectangular que constituem a armação na qual se inserem os motivos decorativos formados por dois fios mais finos torcidos entre si. As volutas ou enrolamentos de filigrana são consolidadas entre si por

Figura 12
Oratório-relicário.
Placa que reveste a base de madeira dourada





Figura 13
Porta-paz.
Pormenor da coluna

soldadura. Para a realização do processo de soldagem, os fios são mantidos entre si com uma água gomada salpicada com bórax e limalha de solda. A aferição da quantidade da solda deve ser precisa, pois se é usada em excesso torna o trabalho grosseiro tal como aconteceu na filigrana desta peça. As colunas em filigrana foram executadas separadamente, estando unidas à base e ao entablamento por cravação de um eixo em prata no interior da coluna, oculto por uma massa de papel sobre a qual foi aplicada uma resina de que só restam vestígios, visíveis através da filigrana (fig. 13).

À semelhança da técnica de execução e da decoração das figuras do oratório-relicário, o Cristo

Redentor foi executado isoladamente numa chapa de prata por técnica de repuxado, tendo a túnica e o manto idêntica decoração incisa na marcação das pregas e das orlas também douradas.

No reverso da figura do Cristo observa-se a deformação obtida pelo repuxado nas zonas de maior volume como a cabeça, a dobra do manto e o orbe. A prata abriu fissuras durante a execução do repuxado, fissuras que tiveram de ser corrigidas com pequenos remendos de prata (fig. 14).

No reverso do porta-paz, a tampa reproduz a estrutura da frente mas difere na técnica decorativa usada. Se na frente a decoração assenta na filigrana, no reverso os motivos decorativos foram cinzelados, gravados e puncionados. A decoração do painel central desenvolve-se a partir de uma árvore na qual se enrola uma serpente e é limitada, lateralmente, por meias colunas cinzeladas e gravadas, repetindo o modelo das duas colunas da frente da peça. Nas ramagens da árvore entrelaçam-se ramos de videira com parras e cachos de uvas, bem como flores estilizadas dispostas simetricamente. São vários os elementos zoomórficos que se unem a esta representação vegetal: três pássaros



Figura 14
Porta-paz.
Interior do reverso



Figura 15
Porta-paz.
Pormenor da pega

pousam nos ramos e, sobrepondo-se à vegetação, junto à base surgem um gamo, uma corsa e um par de coelhos. A árvore está parcialmente oculta por uma pega em forma de serpente, executada por duas partes em prata repuxada unidas entre si por um friso dourado, cuja decoração cinzelada simula o escamado da pele (fig. 15).

Tal como se observa no oratório-relicário, o douramento e a policromia também foram aplicados nesta peça. Durante esta intervenção de conservação foi possível observar que todos os frisos de ambas as faces do porta-paz – as molduras dos relicários, vários elementos da figura do Cristo Redentor (resplendor, orla do manto, abotoadura das vestes e cruz do orbe) e o friso que percorre as costas da serpente –, são dourados. A observação à lupa binocular permitiu encontrar vestígios de policromia na carnação do Cristo Redentor, na orelha e mão esquerdas, no olho direito e na boca (fig. 16).

No porta-paz, para além do escurecimento generalizado da superfície de prata, consequência da formação de produtos de corrosão induzidos pelo meio ambiente, a prata da cabeça da serpente está fissurada e a filigrana, muito danificada,



apresenta deformações e perdas de elementos, sendo as colunas e o frontão as zonas mais degradadas. As zonas de prata dourada apresentam o douramento muito desgastado. Nos relicários do entablamento e da base faltam as relíquias e em quatro deles não existiam os vidros. Nesta intervenção removeram-se os produtos de alteração por um processo mecânico, minimizaram-se algumas das deformações da filigrana e foram executados e colocados os vidros dos relicários em falta.

Figura 16

Porta-paz.

Pormenor da policromia

ESTANTE DE MISSAL (CAT. 3)

A estante de missal é constituída por uma estrutura em madeira composta por dois elementos articulados em tesoura e

totalmente revestidos por placas de prata executadas por repuxado e decoração gravada, cinzelada e punccionada.

A técnica utilizada assim como as representações dos elementos decorativos são muito semelhantes às das duas peças descritas anteriormente. O modo como as placas se encontram unidas entre si e à madeira do suporte não permitiu a sua desmontagem, pois esta poderia acentuar as degradações já existentes.

Uma observação atenta desta alfaia evidencia que, das três peças em estudo, esta era a que se encontrava em pior estado de conservação, sendo visíveis grandes alterações nas zonas de manuseamento. Além de apresentar os elementos decorativos, executados por repuxado, muito deformados e amolgados, a prata encontra-se partida e com lacunas que foram colmatadas com folha de prata soldada ou apenas pregada. Contudo, ainda existem lacunas na prata que deixam ver a madeira da alma (fig. 17).

A frente do corpo central apresenta uma decoração composta por um pórtico com duas colunas laterais, semelhantes às colunas existentes no porta-paz, sendo o conjunto encimado por um frontão triangular com todos os painéis circundados por um friso encordado. Ao centro destaca-se uma cruz cujo madeiro é representado de forma naturalista por uma decoração executada a buril. Na zona de intercepção da haste com os braços observa-se uma cartela, circundada por uma coroa de espinhos, na qual foram gravadas as chagas de Cristo, tendo ainda nas extremidades dos braços e haste representados os cravos. Na parte superior da haste surge o *títulos* e na base da cruz um pequeno monte do calvário com a caveira. A cruz é ladeada por São Pedro, à direita, e São Paulo, à esquerda. Estes três elementos decorativos



sobressaem de um fundo profusamente decorado com ramos de videira, parras e cachos, flores, aves e animais, cinzelados sobre um fundo puncionado. O painel central é delimitado na parte superior por um friso com representações vegetalistas e zoomórficas e, na inferior, por um outro com decoração relevada na qual pequenos botões circulares alternam com o elemento «I». O centro do frontão triangular que encima o corpo central é marcado por um querubim contornado por uma cercadura semelhante à do friso inferior da representação central.

A zona de assentamento da estante de missal apresenta uma linguagem decorativa distinta da que tem vindo a ser analisada até ao momento – representam-se sátiros e animais fantásticos (fig. 18).

A estrutura da decoração do reverso é idêntica à da frente dividindo-se num painel central no qual dois campos losangulares concêntricos albergam,

Figura 17
Estante de missal.
Pormenor de lacuna
na prata



Figura 18
Estante de missal.
Pormenor do avental

ao centro, um resplendor de raios ondulantes com o «IHS», os cravos e a cruz. No campo interior em forma de cartela corre a inscrição «JESUM VOCABIS NOMEN EJUS». A faixa exterior, delimitada por dois frisos encordoados, é decorada por entrelaçados vegetalistas e zoomórficos análogos aos anteriormente descritos.

Nos quatro cantos exteriores dos losangos figuram-se os evangelistas e respectivos atributos, executados por repuxado sobre um fundo de escamas gravadas. A partir do canto superior direito e no sentido dos ponteiros do relógio reconhecem-se no interior de cartelas, São Mateus, São João, São Marcos e São Lucas (fig. 19).

A prata que reveste todo o perfil da estante é decorada por um elemento estampado cujo motivo é composto pela repetição de uma palma central ladeada por meias palmas.



Nas extremidades do topo da estante observam-se dois orifícios na madeira nos quais foram inseridas roscas metálicas que possivelmente fixariam dois elementos decorativos semelhantes aos que existiriam originalmente no oratório-relicário e no porta-paz.

A alteração do modo de fixação com a introdução de soldas e pregaria na união das placas de prata entre si e à estrutura de madeira, como foi referido, impossibilitou a sua desmontagem, não permitindo observar se no reverso dos elementos figurativos, executados por repuxado, existia uma massa de preenchimento semelhante à das figuras do oratório-relicário e do interior das colunas. No entanto, a grande deformação existente actualmente na prata dos elementos repuxados pode indicar a perda deste enchimento.

O tratamento de conservação efectuado nesta peça limitou-se à remoção da camada de oxidação superficial da prata.

Figura 19
Estante de missal.
Pormenor de reverso
da estante

A observação deste conjunto permitiu constatar similitudes de execução e de decoração no oratório-relicário, no porta-paz e na estante de missal. O tratamento de superfície dado nas figuras das três peças e a fonte de inspiração são as mesmas. As figuras executadas por repuxado têm uma decoração em que a marcação das pregas é dada por um riscado executado a buril que se assemelha à técnica da xilogravura. Provavelmente foram executadas a partir de gravuras levadas da Europa que, nos exemplares em apreço, foram fielmente transcritas para a prata.

A análise dos motivos decorativos evidenciou que há formas e elementos decorativos comuns às três peças que podem ser observados no pé do oratório-relicário, na tampa do porta-paz e no fundo da frente da parte central e em alguns frisos da estante de missal. Esta decoração, como já se referiu, foi executada com cinzéis, buris e punções com diferentes pontas.

Durante o estudo e tratamento de conservação foram colocadas várias questões relacionadas com a oficina e local de execução das três peças, levantando-se dúvidas que os caracteres chineses insertos na madeira do oratório-relicário e nos relicários vieram acentuar.

Na tentativa de tanto compreender a peça e algumas das questões que se iam colocando, como decidir um tratamento de conservação criterioso, foram efectuadas análises no Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo. Durante a intervenção de conservação e restauro do relicário-oratório foi efectuada a análise elementar por espectrometria de fluorescência de raios X (XRF) à liga de uma das placas do interior da porta esquerda, correspondente à placa com a figura de São Paulo, tendo-se identificado uma liga de prata e cobre dourada com

ouro. A análise elementar não detectou a existência de mercúrio, pelo que se pôde inferir que o revestimento dourado não foi aplicado pela técnica de douramento por amálgama de mercúrio. A observação de folha de ouro no reverso da placa nas zonas perfuradas levou-nos a deduzir que a técnica de douramento usada poderia ser a técnica de ligação por difusão³ que consiste na aplicação directa do ouro na prata, sendo de seguida suavemente aquecida de modo a provocar alguma interdifusão do ouro com a prata. Desta técnica resulta um douramento pouco resistente, razão pela qual o douramento parcial das figuras se encontra tão desgastado.

A análise elementar do Cristo e da decoração da cruz permitiu identificar uma liga de cobre e níquel, dourada a ouro por amálgama de mercúrio.

Foram também identificadas as várias policromias existentes nas figuras das placas, por espectroscopia de infravermelhos com transformada de Fourier (FTIR) e análise micro química. Identificaram-se os seguintes pigmentos: nas carnações, o branco de chumbo e vermelhão; no branco do véu da Virgem, o branco de chumbo e azurite; no preto do sapato da Virgem, o branco de chumbo, ocre e carvão animal. Todos os pigmentos foram aglutinados a óleo. No Cristo foi identificado o branco do perisónio, constituído por branco de chumbo aglutinado a óleo.

A massa de enchimento do reverso das figuras assim como o corante do veludo que forra o exterior da caixa foram analisados por cromatografia líquida de alta resolução associada à espectrometria de massa (HPLC-MS/MS). A massa de enchimento é

3 Oddy, s. d.

formada por uma mistura de caulino e resina, enquanto que o corante do veludo é o índigo.

O projecto que ainda está a decorrer sobre o estudo das técnicas de execução e da caracterização dos materiais constituintes, no Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, foi complementado com a realização de análises de microscopia electrónica de varrimento acoplada a espectrometria de raios X por dispersão de energias (MEV-EDS), no Laboratório HERCULES da Universidade de Évora, tendo-se caracterizado a liga de cada tipologia de peças de prata que constituem o oratório-relicário, o porta-paz e a estante de missal. Devido às dimensões do porta-amostra do microscópio electrónico, a análise foi efectuada directamente nas peças.

No oratório-relicário foram feitas análises de SEM na placa da base do interior da caixa, à prata e prata dourada, sendo a prata uma liga de Ag:Cu e, na zona dourada, Au:Ag:Cu, confirmando-se assim que a técnica de douramento empregue não foi por amálgama de mercúrio.

Na moldura da pintura sobre cobre aplicada no exterior do lado esquerdo da caixa obteve-se uma liga de Ag:Cu.

Nos elementos decorativos assentes no topo da caixa a análise às folhas de acanto deu uma liga de Ag:Cu, enquanto que na frente da moldura a liga é Ag:Ni e no reverso da tampa da moldura a liga é Ag:Cu. A liga de uma das urnas, a do remate, foi identificada como sendo Ag:Ni. Deste modo, pode-se inferir que a moldura e uma das urnas foram executadas numa liga diferente da dos outros elementos, levantando-se a hipótese de corresponderem a uma intervenção.

A liga da base da cruz inserida no interior da caixa foi identificada como uma liga de Ag:Cu. A análise elementar efectuada

no Cristo detectou ouro (Au), cobre (Cu), níquel (Ni) e mercúrio (Hg), o que nos permite extrapolar que o Cristo foi executado numa liga Cu:Ni onde foi aplicada uma camada de revestimento de ouro por amálgama de mercúrio.

No porta-paz estão previstas análises para a identificação dos pigmentos e aglutinantes dos vestígios de policromia existentes, do papel e da resina do interior das colunas bem como a caracterização da liga metálica e dos produtos de corrosão. As análises efectuadas por difracção de raios X (XRD) à camada de produtos de corrosão da superfície da prata de alguns elementos permitiram identificar uma camada de cor negra de acantite (Ag_2S) e clorargirite (AgCl), tendo ainda sido detectada a presença de quartzo, calcite e aluminossilicatos, provenientes da poluição e de partículas transportadas pelo ar.

A sistematização dos resultados da quantificação elementar feitas por MEV-EDS em vários pontos da superfície da liga de prata do porta-paz, permite-nos afirmar que a composição da prata da figura do Cristo Redentor e da tampa é uma liga de Ag:Cu tendo-se em alguns pontos detectado níquel, elemento que na natureza se encontra muitas vezes associado ao cobre. Nas zonas douradas, os elementos detectados foram ouro (Au), prata (Ag), cobre (Cu) e níquel (Ni), confirmando-se assim que a técnica de douramento empregue não foi por amálgama de mercúrio.

A filigrana foi executada com uma liga de Ag:Cu bem como a armação. A análise a um dos fundos da caixa de uma das relíquias permitiu identificar a liga de Ag:Cu.

As análises para caracterização da prata da estante de missal decorrem ainda pelo que apenas está caracterizada a prata do pé esquerdo por MEV-EDS.

CONCLUSÕES

O estudo efectuado no oratório-relicário, no porta-paz e na estante de missal confirmou uma gramática decorativa comum às três peças que reflecte uma mesma origem, o Oriente. No entanto, a caracterização das ligas de prata das peças mostrou diferenças de composição entre si e entre elementos da mesma peça.

As técnicas de manufactura usadas na execução destas peças – martelagem e repuxado –, bem como as técnicas decorativas utilizadas – puncionado, cinzelado e gravação –, são as mesmas, à excepção da filigrana do porta-paz.

Como técnicas de revestimento de superfície foram parcialmente empregues em alguns elementos do oratório-relicário e do porta-paz o douramento e a policromia.

A degradação verificada que, como temos vindo a referir, resultou da formação de produtos de corrosão induzidos pelo meio ambiente, foi o factor primordial na escolha da metodologia de intervenção de conservação adoptada. A remoção destes produtos de alteração da prata veio conferir estabilidade às peças e dar nova visibilidade aos motivos decorativos de assinalável riqueza plástica. Não obstante os resultados até agora obtidos, é previsível que o estudo material em curso permita atingir novos dados que certamente contribuirão para uma outra percepção da materialidade destas três peças que integram o Tesouro da Vidigueira, referência na colecção de ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Geral das Índias (AGI), Audiência das Filipinas. Sevilha
Archivum Romanum Societá Iesu (ARSI), Lusitânia. Roma.
Biblioteca da Ajuda. Documentos Avulsos. Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

A Herança de Rauluchantim, 1996. Catálogo de exposição. Lisboa: Museu de São Roque; CNCDP.

AAVV, 1993. *Portuguese Voyages to Asia and Japan in the Renaissance Period. Proceedings of the International Conference*. Tóquio: Instituto Cultural de Macau, Instituto Camões, Fundação Oriente.

ÁLVAREZ de TOLEDO, Caetana, 2006. «Crisis, Reforma e Rebelión en el Mundo Hispánico. “El Caso Escalona”, 1640-42», in *La Crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Geoffrey Parker, coord. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 255-286 (Col. Libros de Historia).

ARAGÃO, Teixeira de, 1898. *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa.

ARMINJON, C.; Bilimoff, M., 1998. *L'art du Métal: Vocabulaire Technique*. [Paris], Éditions du Patrimoine, Impr. Nationale.

BARRETO, Luís Filipe, 2000. *Lavrar o Mar. Os Portugueses e a Ásia (c. 1480 - c. 1630)*. Lisboa: CNCDP.

_____, 2006. *Macau: Poder e Saber. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Editorial Presença.

BETHENCOURT, Francisco, 1998. «O Estado da Índia», in *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, dir. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 284-314.

BOSCARO, Adriana, 2008. *Ventura e Sventura dei Gesuiti in Giappone (1549-1639)*. Veneza: Libreria Editrice Cafoscariana.

- BOURDON, Leon, 1993. *La Compagnie de Jésus et le Japon (1547-1570)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; CNCDP.
- BOXER, Charles, 1958. «The Manila Galleon: 1565-1815. The Lure of Silk and Silver», in *History Today*. August, pp. 539-547.
- _____, 1989. *O Grande Navio de Amacau*. 4ª edição. Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- _____, 1990. *Fidalgos no Extremo Oriente. Factos e Lendas de Macau Antigo*. Lisboa: Fundação Oriente; Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- _____, 1993. *The Christian Century in Japan*. 3ª edição. Manchester: Carcanet.
- CAETANO, José A. Palma, 1986. *Vidigueira e o seu Concelho*. Vidigueira: Câmara Municipal de Vidigueira.
- CHAUDURI, Kirti, 1998. «O Império na Economia Mundial», in *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, dir. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 248-270.
- CHAUNU, Pierre, 1960-1966. *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVI, XVII, XVIII siècles). Introduction Méthodologique et Indices d'Activité*. II Vols. Paris: École Pratique des Hautes Études.
- Contas dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata e Jóias que Pertenceram aos Conventos Suprimidos do Continente do Reino*, 1842. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CORREIA, Pedro Lage, 2008. *A Conceção de Missionaço na Apologia de Valignano. Estudo sobre a Presença Jesuíta e Franciscana no Japão (1587 - 1597)*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- CORSI, Elisabetta, coord., 2008. *Órdenes Religiosas entre América y Asia. Ideas para una Historia Misionera de los Espacios Coloniales*. México: El Colégio de México.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, 1995. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Lisboa: Instituto Cultural de Macau; Instituto de História de Além-Mar.

_____, 1999. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI. Ensaios de História Luso-Nipónica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

_____, 2000. «A Diáspora Missionária», in *História Religiosa de Portugal*. Carlos Moreira Azevedo, dir. II Vol: *Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

COUTO, João, 1938. «Alguns Subsídios para o Estudo Técnico das Peças de Ourivesaria no Estilo Denominado Índio-Português. Três Peças de Prata que Pertenceram ao Convento do Carmo da Vidigueira» in *Actas do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 2ª Secção. Lisboa.

CUMMINS, J.S., 1978. «Two Missionary Methods in China: Mendicants and Jesuits», in *Archivo Ibero-Americano. Revista Trimestral de Estudios Historicos Publicada por los Padres Franciscanos*. Segunda Época, Ano XXXVIII, Tomo XXXVIII, Madrid, Janeiro-Dezembro, pp. 33-108.

CURVELO, Alexandra, 2008. «Do Trato do Japão» in *Depois dos Bárbaros. Arte Namban para os Mercados Japonês, Português e Holandês*. Lisboa; Londres: Jorge Welsh Books – Publishers and Booksellers, pp. 30-41

_____, 2009. «Os Portugueses na Ásia dos Séculos XVI-XVII: Dinâmicas Económicas e Sociais e Vivências Artísticas e Culturais/ The Portuguese in Asia During the 16th and 17th Centuries: Economical and Social Dynamics, Artistic and Cultural Experiences in *Biombos Namban/ Namban Screens*. Lisboa: IMC/ Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 18-42

ELUERE, C., 1993. *Outils et Ateliers d'Orfèvres des Temps Anciens*. Saint-Germain-en-Laye: Société des Amis du Musée des Antiquités Nationales.

FLORES, Jorge, 1998. «Zonas de Influência e de Rejeição», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol. 1, T. I: *Em Torno de Macau*. A. H. de Oliveira Marques, dir. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 135-178.

FREITAS, Eugénio de Cunha e, 1995. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, III vol., Porto.

FRÓIS, Luís de, 1993. *Tratado dos Embaixadores Japões*. Rui Loureiro, introd., notas, selecção e modernização de textos. Lisboa: Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- _____, 1997. *Segunda Parte das Cartas de Japão que Escreuerão os Padres, & Irmãos da Companhia de Jesus*, Ed. fac-similada da edição de Évora, 1598. Maia: Castoliva editora, Lda.
- GIRARD, Pascal, 1999. *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*. Macau: CNCDP; Fundação Macau; Instituto Politécnico de Macau.
- HUIKAMP, Harrie, 1994. *A Genealogy of Ecclesiastical Jurisdictions: Schematic Outline, Illustrating the Development of the Catholic Church in Territories Assigned to Portugal by the Treaty of Tordesillas in 1494*. Kampen: Kok.
- KUWAYAMA, George, 1997. *Chinese Ceramics in Colonial Mexico*. (S. 1.): Los Angeles County Museum of Art; University of Hawai'i Press.
- LACH, Donald; KLEY, J. van, 1993. *Asia in the Making of Europe*. Vol. III: *A Century of Advance*; Book One: *Trade, Missions, Literature*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- LEITÃO, Ana Maria Ramalho Proserpio, 1994. *Do Trato Português no Japão Presenças que se Cruzam (1543-1639)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. [Texto policopiado]
- LOBATO, Manuel, 2000. «Malaca», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. A. H. de Oliveira Marques, dir. Vol. 1, T. II: *De Macau à Periferia*. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 11-74.
- LOMBARD, Denys, 1998. «A Eurásia nas Vésperas do “Momento Português”», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol. 1, T. I: *Em torno de Macau*. A. H. de Oliveira Marques, dir. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 123-133.
- LOPES, Félix, 1962. «Os Franciscanos no Oriente Português de 1584 a 1590», in *Studia*, Lisboa, nº 9, pp. 29-142.
- LORENTE RODRIGÁÑEZ, Luis Maria, 1944. «El Galeón de Manila», in *Revista de Indias*. Madrid: Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo. Antonio Ballesteros Bereta, dir. Año V, Enero-Marzo, Núm. 15, pp. 105-120.
- LOUREIRO, Rui, int. e ed., 1997. Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*. Lisboa: Cotovia; CNCDP.
- _____, 2009. «Gaspar da Cruz, Primeiro Sinólogo Europeu», in *Nas Partes da China. Colectânea de Estudos Dispersos*. Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., pp. 113 – 128.

- LOURIDO, Rui d'Ávila, 1995. *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das Origens a 1640*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa. [Texto policopiado]
- MARYON, H., 1971. *Metalwork and Enamelling: a Practical Treatise on Gold and Silversmiths' Work and their Allied Crafts* [5th ed.]. New York: Dover Publications.
- MATHEW, K. S., 1997. *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany. Sixteenth Century*. New Delhi: Replika Press Put. Ltd.
- NEPOTE, Jacques, 2000. «Indochina», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. A. H. de Oliveira Marques, dir. Vol.1, T.II: *De Macau à Periferia*. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 127-147.
- ODDY, A., (s/d). «History of Gilding with Particular Reference to Statuary», in T. Drayman-Weisser, *Gilded Metals: History, Technology and Conservation*, coord. cient. London: Ed. Archetype Publications, pp. 1-21.
- OLIVEIRA, Francisco Manuel de Paula Nogueira Roque de, 2003. *A Construção do Conhecimento Europeu sobre a China c. 1500 - c. 1600*. Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona para a obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana. [Texto policopiado]
- OREY, Leonor d', 1996. «Os Tesouros Indianos do Convento do Carmo da Vidigueira e da Graça de Lisboa», in Nuno Vassalo e Silva, coord. cient., *A Herança de Rauluchantim*. Lisboa: Museu de São Roque; CNCDP, pp. 157-169.
- PACHECO, Diego, 1989. *A Fundação do Porto de Nagasaqui e a sua Cedência à Companhia de Jesus*. Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- PARKER, Geoffrey, 2006. «La Crisis Mundial del Siglo XVII: Acontecimientos y "Paradigmas"», in *La Crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Geoffrey Parker, coord. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 19-53. (Col. Libros de Historia).
- PIRES, Benjamim Videira, SJ, 1987. *A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*. 2ª ed. Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- PTAK, Roderick, 1994. «Sino-Japanese Maritime Trade, circa 1550: Merchants, Ports and Networks», in *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade*

de Portugal-Japão (1543-1993). Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos, dir. da edição. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa – Instituto de Além-Mar, pp. 281-311.

RUBIÉS, Joan-Pau, 2004. «The Spanish Contribution to the Ethnology of Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries», in *Asian Travel in the Renaissance*, Daniel Carey, ed. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 93- 123.

SÁ, Frei Manuel de, 1721. *Memórias Históricas da Ordem do Carmo da Província de Portugal*, Tomo II, parte IV, capítulo VI, Lisboa.

SAN FRANCISCO, Diogo de, 1625. *Relacion Verdadera, y Breve de la Persecucion, y Martirios que Padecieron por la Confession de Nuestra Santa Fee Catholica en Japon, Quinze Religiosos de la Provincia S. Gregorio, de los Desclachos del Orden de Nostro Seraphico P. S. Francisco de las Islas Filipinas*.

SANDE, S.I., Duarte de, 2009. *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*. Américo da Costa Ramalho, comentário, pref. e trad; Sebastião Tavares de Pinho, estabelecimento do texto latino. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Centro Científico Cultural de Macau.

SANT'ANA, Frei Joseph de, 1751. *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observância Nos Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios. Da Fundação, e de tudo o mais, que pertence ao nosso Convento da villa da Vidigueira*.

SCHURTZ, William Lytle, 1992. *El Galleon de Manila*. Leoncio Cabrera (Prólogo). Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana; Ediciones de Cultura Hispánica.

SILVA, Nuno Vassalo e, 2008. *A Ourivesaria entre Portugal e a Índia, do Século XVI ao Século XVIII*, Lisboa: Santtander Totta.

STANDAERT, Nicolas, 2001. *Handbook of Christianity in China. Volume One: 635-1800*. Leiden: Brill.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, 1995. *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel. (Col. Memória e Sociedade).

TEIXEIRA, Manuel, 1978. «Os Franciscanos em Macau», in *Archivo Ibero-Americano. Revista Trimestral de Estudios Historicos Publicada por los Padres Franciscanos*. Segunda Época, Ano XXXVIII, Tomo XXXVIII, Madrid, Janeiro-Dezembro, pp. 309-375.

THOMAZ, Luís Filipe, 1994. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel (Memória e Sociedade).

_____, 1998. «Introdução», in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Vol. 1, T. 1: *Em Torno de Macau*. A. H. de Oliveira Marques, dir. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 15-121.

UGAGLIA, E.; FANTUZZO, F.; ROQUES, D., 2002. *L'Or de Tolosa*. Toulouse: Musée Saint-Raymond; Musée des Antiques de Toulouse; Odyssee.

VALLADARES, Rafael, 2001a. *Castilla y Portugal en Asia (1580-1640)*. *Declive Imperial y Adaptación*. Leuven: Leuven University Press. (Avisos de Flandes, 7).

_____, 2001b. «Olivares y Oriente: la Unión de Armas en Asia (1622-1642)», in *Imperios y Naciones en el Pacífico*. Vol. I: *La Formación de Una Colonia: Filipinas*. Madrid: Asociación Española de Estudios del Pacífico; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 73-80.



APOIOS:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria de Estado da Cultura
Direcção Regional de Cultura do Alentejo



FUNDAÇÃO

FICHA TÉCNICA

EXPOSIÇÃO

COMISSÁRIA

Luisa Penalva

CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Belmira Maduro

MONTAGEM

Museu Nacional de Arte Antiga

APOIO TÉCNICO

Sabine Volkmann

DESIGN DE COMUNICAÇÃO

FBA.

CATÁLOGO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana de Castro Henriques

APOIO TÉCNICO

Ana Filipa Sousa

TEXTOS

Alexandra Curvelo (Conservadora do Museu Nacional do Azulejo. Professora Auxiliar convidada do Departamento de História da Arte da FCSH/UNL. Investigadora integrada do Centro de História de Além-Mar (CHAM), FCSH/UNL. António José Candeias (Laboratório

de Conservação e Restauro José de Figueiredo, IMC. Centro HERCULES, Universidade de Évora)

Belmira Maduro (Departamento de Conservação e Restauro, IMC)

Luísa Penalva (Museu Nacional de Arte Antiga)

Pedro Lage Reis Correia

(Investigador/Bolseiro CCCM/FCT)

FOTOGRAFIA

MNAA – Luisa Penalva:

figs. 2, 4, 5, 7.

IMC/ LCRJF – Belmira Maduro:

cat. 1; fig. 8-16; Sónia Costa:

cats. 2, 3; figs. 1, 3, 6, 17-19.

DESIGN

FBA.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

A. Coelho Dias, S. A.

ISBN

978-972-776-435-8

DEPÓSITO LEGAL

333564/11

TIRAGEM

500 exemplares



